



**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL E GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO**

**Fundo do Desenvolvimento do Distrito como Factor impulsionador das
Transformações Sócio Económicas no meio Rural em Moçambique: Caso do Distrito
de Zavala (2007-2011)**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Letras e Ciências Sociais como requisito
parcial para a obtenção do Grau de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de
Desenvolvimento pela Universidade Eduardo Mondlane.**

Autor: Henrique Simione Cau

Supervisor: Prof. Doutor Gerhard Julius Liesegang

Maputo, Julho de 2017



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL E GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO

**Fundo do Desenvolvimento do Distrito como Factor impulsionador das
Transformações Sócio-Económicas no meio Rural em Moçambique: Caso do Distrito
de Zavala
(2007-2011)**

O Presidente do Juri

O Supervisor

O Oponente

Maputo, Julho de 2017

Índice

Declaração.....	vi
Dedicatória.....	vii
Agradecimentos.....	viii
Abreviaturas.....	ix
Resumo.....	xi
Abstract.....	xiii
CAPÍTULO I. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS, TEÓRICOS, CONCEPTUAIS E METODOLÓGICOS	1
1. Introdução.....	1
1.1 Pertinência do Estudo.....	3
1.2 Objectivo Geral.....	4
1.3 Objectivos Específicos.....	4
1.4 Pergunta de partida.....	4
1.5 Hipóteses.....	4
1.6 Conceitualização.....	5
1.1.1 Transformação Social.....	5
1.1.2 Transformação económica.....	7
1.1.3 Quadro Teórico – Teorias Sobre o Desenvolvimento Rural.....	8
1.7 Variáveis do Estudo.....	14
1.8 Metodologia.....	14
CAPÍTULO II: LOCALIZAÇÃO E A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DO DISTRITO DE ZAVALA	17
2.1 Localização da Área de Estudo: <i>Distrito de Zavala</i>	17
2.2 Análise da Situação Sócio Económicas do Distrito de Zavala antes do FDD.....	19
2.3 Habitação.....	20
2.4 Educação.....	21
2.5 Rendimento e consumo Familiar.....	22
CAPÍTULO III: OIIL COMO ESTRATEGIA DE FINANCIAMENTO RURAL	24
3.1. Possíveis factores que ditaram a Origem do OIIL.....	24
3.2. Sistemas de Financiamento no meio rural.....	27

3.3. Micro finanças como alternativa para a extensão dos serviços financeiros para as zonas rurais.....	31
3.4 Quadro legal e directrizes para a atribuição do OILL aos Distritos.....	32
3.5 Transformação do OILL em FDD.....	34
3.6 Evolução do OILL/FDD 2006-2011	35
3.7 Elegibilidade dos Projectos para o Financiamento pelo FDD.....	36
3.8 Estrutura Funcional e O papel dos Conselhos Consultivos.....	40
CAPÍTULO IV. RESULTADOS E IMPACTOS DO OILL 2006-2011.....	46
4.1 Impacto Visto pelos Empregos Criados 2006 até 2011	46
4.2 Impacto Visto pelos Reembolsos 2007 a 2011	49
CAPÍTULO V: PROJECTOS FINANCIADOS NO DISTRITO DE ZAVALA	52
5.1 Projectos de Geração de Renda e Emprego.....	52
5.2 Projectos de Produção de Comida.....	52
5.3 Projectos de Fomento Pecuário	52
5.4 Evolução de Financiamento do FDD para o Distrito de Zavala 2006-2011	54
5.5 Impacto do FDD sobre a produção agrícola no Distrito de Zavala.....	55
5.6 Impacto sobre o reembolso no Distrito de Zavala	57
5.7 Impacto do FDD sobre as receitas do Distrito	58
5.8 Projectos Financiados na Localidade de Zandamela 2007/2011	59
5.9 Análise da Experiência dos Beneficiários e Ponto de Situação do Projecto	60
CAPÍTULO VI. RESULTADOS DO ESTUDO.....	65
6.1 Impacto do FDD nas Transformações Sócio Económicas no Distrito de Zavala	65
CAPÍTULO VII. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	68
BIBLIOGRAFIA	71
Legislação	73
Entrevistas aos Beneficiários do FDD	74
Entrevista aos Gestores e Membros do Conselho Consultivo.....	74
ANEXOS	76

Índice das Tabelas

Tabela 1: Distribuição da População por Localidade.....	18
Tabela 2: Distribuição de Agências Bancárias por Província	27
Tabela 3: Distribuição das agências e operadores de micro crédito por província.....	31

Tabela 4: Projectos Elegíveis.....	38
Tabela 5: Projectos não elegíveis	39
Tabela 6: Órgãos Locais do Estado e Conselhos Locais	40
Tabela 7: Projectos Financiados por Província 2006-2011	46
Tabela 8: Análise dos reembolsos por Província.....	49
Tabela 9: Categorias e período de execução de projectos financiados pelo FDD 2006-2011	53
Tabela 10: Limites de financiamento por sector	53
Tabela 11: Valor alocado e número de beneficiários 2007-2011.....	55
Tabela 12: Níveis de Produtividade agrícola no Distrito de Zavala 2006-2010	56
Tabela 13: Reembolsos efectuados no Distrito de Zavala por Localidade 2007-2011.....	57
Tabela 14: Projectos financiados na Localidade de Zandamela 2007-2008.....	59
Tabela 15: Ponto de Situação dos projectos individuais e nível de reembolso	61
Tabela 16: Análise das variáveis de estudo antes do financiamento.....	65
Tabela 17: Análise das variáveis de estudo depois do financiamento	66

Índice dos Gráficos

Gráfico 1. Reembolsos de 2011 em alguns Distritos de Inhambane, Manica, Zambézia e Nampula.....	36
Gráfico 2: Evolução do Financiamento ao Distrito de Zavala	54
Gráfico 3: Evolução das receitas no Distrito de Zavala (2007-2010).....	58

Índice das Figuras

Figura 1: Mapa do Distrito de Zavala	18
Fig: 2 e 3: tipo de habitações frequentes no Distrito de Zavala.....	21

Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência para obtenção de qualquer grau e que constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto as referências bibliográficas por mim utilizadas para elaboração do devido trabalho.

(Henrique Cau)

Maputo, Julho de 2017

Dedicatória

À memória da minha irmã **Adelina Simione Cau**, que apesar de várias adversidades que passou em vida devido a doença crónica da qual padecia, foi muito lutadora em busca de conhecimento, tendo mesmo na fase terminal da sua vida ousado em se candidatar para o acesso ao ensino superior.

A minha mãe, que se tornou viúva ainda jovem e soube assumir o papel de pai e mãe e me proporcionou a educação que me permitiu atingir este nível académico que hoje ostento.

A minha esposa Abelina Chambule e ao meu filho Kumbulani, que me inspiram na minha caminhada permanente em busca do conhecimento.

As minhas irmãs, Lúcia, Olga e Nilsa, nunca é tarde para a busca de conhecimento e não há melhor caminho na vida que este.

Agradecimentos

A minha profunda gratidão vai em primeiríssimo lugar ao Prof. Doutor Gerhard Liesegang meu Professor desde a Licenciatura e agora meu Supervisor para a obtenção do grau de mestrado. É-me extremamente difícil descrever os méritos da sua preciosa ajuda e compreensão para o presente trabalho se tornar realidade. Contudo, tenho a dizer que sem a sua intervenção, este trabalho não teria sido possível. Muito Obrigado Professor!

Em segundo lugar, agradeço a todos os professores de quem fui aluno um dia, pois os seus ensinamentos encontram-se reflectidos neste trabalho. De uma forma especial tenho a agradecer, aos professores do curso de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento, pelo acompanhamento dispensado durante os dois anos de aprendizagem e uma atenção muito particular ao Coordenador deste Mestrado, Prof. Doutor Samuel Quive.

Em terceiro lugar, agradeço aos meus colegas do Mestrado em particular, aos colegas, Edgar Cossa, Elias Chivale, Augusta Maita, a minha madrinha Ermelinda Matangue minha colega no Curso de Licenciatura em História e também estudante deste mestrado mas da turma anterior a minha que me incentivou bastante a me inscrever neste mestrado. Os meus agradecimentos são extensivos a tantos outros colegas que não me vêm à memória, neste momento que de uma ou doutra forma influenciaram-me na minha caminhada académica.

Em quarto lugar, aos meus entrevistados que foram a base para a recolha de informação para a produção deste documento e especialmente ao governo do Distrito de Zavala.

Para terminar, a todos que não foram nominalmente mencionados, mas que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho se torna-se realidade.

Abreviaturas

BM- Banco de Moçambique

CC- Conselho Consultivo

CCL – Conselho Consultivo Local

CCD- Conselho Consultivo do Distrito

CCPA – Conselho Consultivo do Posto Administrativo

CEsA – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina

CIP- Centro de Integridade Pública

DNPDR – Direcção Nacional de Promoção de Desenvolvimento Rural

EDR – Estratégia de Desenvolvimento Rural

FDD – Fundo do Desenvolvimento Distrital

GAPI- Gabinete de Apoio a Promoção da Propriedade Industrial

GM- Governo de Moçambique

IBES- Índice de Bem-estar Social

IDR – Índice de Desenvolvimento Rural

IMA – Índice do Meio Ambiente

IPOP- Índice da População

IRN – Imposto de Reconstrução Nacional

MAE – Ministério da Administração Estatal

MF – Ministério das Finanças

MPD – Ministério da Planificação e Desenvolvimento

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UFRGS – Universidade Federal de Rio Grande de Sul

OIIL – Orçamento de Investimento de Iniciativa Local

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM- Objectivos de Desenvolvimento de Milénio

PARPA – Programa de Acção para a Redução de Pobreza Absoluta

PEDD – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito

PQG – Programa Quinquenal do Governo

PME – Pequenas e Médias Empresas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SDAE – Serviço Distrital de Actividades Económicas

Resumo

A presente dissertação versa sobre *o Fundo do Desenvolvimento do Distrito (FDD) como factor impulsionador das Transformações Sócio Económicas no meio rural em Moçambique: Caso do Distrito de Zavala 2007-2011* e visa analisar o papel deste fundo nas transformações sócio-económicas em curso neste Distrito.

O nosso trabalho parte do pressuposto de que o governo ao atribuir este fundo aos Distritos pretende que seja catalisador das transformações do meio rural através da criação da capacidade financeira dos seus habitantes de modo a desenvolverem iniciativas de produção da comida, geração de rendimentos e de emprego traduzindo-se no melhoramento das condições sociais e económicas dos beneficiários deste fundo, e conseqüentemente no desenvolvimento rural de um modo geral.

Para levar acabo este estudo, guiaram-nos três hipóteses sendo a primeira na qual assumimos que como resultado da alocação do FDD aos Distritos verifica-se uma dinâmica nas transformações sócio-económicas no Distrito de Zavala, a segunda na qual atribuímos as transformações sócio-económicas a outros factores para além deste fundo e a terceira onde associamos as duas hipóteses como factores influenciadores das transformações em curso no Distrito.

Para responder a estas hipóteses usamos como metodologia a revisão bibliográfica, entrevistas aos beneficiários do FDD e aos gestores deste fundo ao nível do governo do Distrito, assim como, trabalho de campo onde efectuamos visitas aos projectos financiados.

Para uma melhor compreensão dos resultados do nosso estudo, estruturámo-lo em seis capítulos, sendo o primeiro que versa sobre os aspectos introdutórios, conceptuais e metodológicos, no qual fazemos a definição dos conceitos básicos para melhor compreensão dos termos que de forma recorrente fazemos o uso neste trabalho. Descrevemos também a metodologia usada para fazer este estudo. O segundo capítulo,

sobre a Localização e Aspectos Sócio-Económicos do Distrito de Zavala que para além da localização geográfica do nosso estudo, traz uma radiografia da situação social e económica do Distrito antes da alocação do FDD. O terceiro capítulo referente a OIIL/FDD como Estratégia para o Financiamento Rural, explica as razões por detrás da atribuição deste fundo aos Distritos.

No quarto capítulo apresenta de uma forma geral os impactos do FDD no país como um todo. O Quinto Capítulo versa especificamente sobre os projectos financiados pelo FDD no Distrito de Zavala e no último capítulo apresenta os resultados do nosso estudo relacionando as transformações em curso com a alocação deste fundo e ainda neste capítulo apresenta-se as conclusões obtidas com a realização deste estudo.

Como resultado do nosso estudo, constatamos que as transformações sócio económicas em curso no distrito de Zavala tem uma certa influência do Fundo do Desenvolvimento do Distrito sobretudo, na componente do aumento da produção e produtividade mas também foi possível verificar que há outros factores independentes que tem a sua contribuição nas transformações em curso. Deste modo, confirma-se a terceira hipótese do nosso estudo que atribuí as mudanças que ocorre no Distrito de Zavala a uma conjugação de factores sendo um deles o FDD.

Palavras-chaves: Transformação Social, Transformação Económica, Transformações Socioeconómicas.

Abstract

This dissertation deals with the District Development Fund (FDD) as a driving force for Socio-economic Transformations in rural areas in Mozambique: Case of the District of Zavala 2007-2011 and aims to analyze the role of this fund in the ongoing socio-economic transformations in this District.

Our work is based on the assumption that the government in allocating this fund to the Districts intends to be a catalyst for the transformations of the rural environment through the creation of the financial capacity of its inhabitants in order to develop initiatives of food production, income generation and employment Resulting in the improvement of the social and economic conditions of the beneficiaries of this fund, and consequently in rural development in general.

In order to carry out this study, three hypotheses guided us, being the first one in which we assume that as a result of the allocation of the FDD to the Districts a dynamics is verified in the socio-economic transformations in the District of Zavala, the second in which we attribute the socio- Economic factors to other factors beyond this fund and the third where we associate the two hypotheses as factors influencing the ongoing transformations in the District.

In order to respond to these hypotheses, we use as a methodology the bibliographic review, the FDD beneficiaries and the managers of this fund at the level of the District government, as well as fieldwork where we carry out visits to the projects financed.

For a better understanding of the results of our study, we structured it into six chapters, the first one dealing with introductory, conceptual and methodological aspects, in which we define basic concepts to better understand the terms that recurrently We make use of this work, we also describe the methodology used to make this study. The second chapter, on the Location and Socio-Economic Aspects of the Zavala District, which in addition to the

geographical location of our study, provides an X-ray of the District's social and economic situation prior to FDD allocation. The third chapter on OIIL / FDD as Strategy for Rural Finance explains the reasons behind the allocation of this fund to the Districts.

The fourth chapter presents a general overview of the impacts of FDD on the country as a whole. The Fifth Chapter deals specifically with the projects financed by the FDD in the District of Zavala and in the last chapter presents the results of our study relating the transformations in progress with the allocation of this fund and also in this chapter we present the conclusions obtained with the accomplishment of this study .

As a result of our study, we found that the ongoing socio-economic transformations in the Zavala district have a certain influence of the District Development Fund, mainly on the component of increased production and productivity, but it was also possible to verify that there are other independent factors that have Their contribution to the ongoing transformations. Thus, we confirm the third hypothesis of our study that attributed the changes that occur in the District of Zavala to a combination of factors being one of them the FDD.

Keywords: Social Transformation, Economic Transformation, Socio-economic Transformations.

“Quando decidimos em 2006 alocar 7 milhões de meticais aos Distritos pretendíamos conferir uma nova vitalidade à actividade social e económica nas zonas rurais do nosso país. Esta medida foi, na realidade, a face mais visível da descentralização, a materialização do nosso compromisso de dar cada vez mais poder ao nosso povo, a maior riqueza de que este nosso belo Moçambique se pode orgulhar ”

Armando Emílio Guebuza in <http://armandoguebuza.blogspot.com/2009/10/os-sete-milhoes-seu-papel-na-promoc.html>

CAPÍTULO I. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS, TEÓRICOS, CONCEPTUAIS E METODOLÓGICOS

1. Introdução

Vários estudos e autores tais como EDR (2007), Castel Branco (2008) e Negrão (2001), demonstram que a maior parte do território que compõe Moçambique é rural, e a maioria da população moçambicana continua a nascer, residir e a depender das áreas rurais.

Depois da independência em 1975, as estatísticas estimavam que 90% da população moçambicana era rural. O censo de 1997 registou uma diminuição da população rural para 70%. Em 2007, estimava-se que cerca de 60% da população continua vivendo nas áreas rurais não obstante o processo de urbanização e de êxodo rural muito acelerado (EDR:2007).

Em termos de níveis de pobreza, as zonas rurais constituem as que apresentam maiores índices comparativamente as áreas urbanas (Relatório sobre os ODM:2010). A Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), destaca o facto de em 2000, o índice de pobreza humana nas zonas rurais ter sido estimada em 70% e o índice médio de pobreza humana no período 2000-2004 ser de 56,2% (idem).

Os dados que são apresentados pela EDR, tem em consideração a conjugação de vários indicadores por exemplo; a probabilidade de um moçambicano morrer antes de atingir 40 anos que era de cerca de 60% nas zonas rurais, o analfabetismo atinge 55% da população rural, o acesso a água potável afecta a 75% da população rural e 24% das crianças rurais ainda nasciam com baixo peso para a sua idade.

Perante este cenário de pobreza acentuada no país em especial nas zonas rurais, desde a independência, Moçambique tem desenhado várias estratégias e políticas visando inverter a

situação destacando-se a Agenda 2025, a adopção aos Objectivos de Desenvolvimento de Milénio (2000-2015), o PARPA I (1999-2005); o PARPA II (2006-2009), este último visando a diminuição da incidência da pobreza de 54%, em 2003 para 45% em 2009.

É no âmbito das estratégias do Governo para o combate a pobreza que foi aprovada a Lei 8/2003¹, sobre os Órgãos Locais do Estado, na qual o Governo define o Distrito como o pólo de desenvolvimento partindo do princípio de que é no Distrito onde se encontra grande parte da população activa e a base produtiva da economia do país, e é também no Distrito, onde há maior incidência da pobreza absoluta com carências agudizadas quer nos bens de serviços quer no que diz respeito ao emprego, acesso aos mercados e créditos (LOLE:2008; CAU, 2011).

É no quadro da descentralização preconizada pela Lei 8/2003, que o Governo adoptou uma estratégia que reforçasse o poder das populações vivendo nas zonas rurais com a atribuição do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL), actualmente designado por Fundo de Desenvolvimento do Distrito (FDD)² com o objectivo de impulsionar as mudanças sócio-económicas no meio rural, através da produção de comida, geração de emprego e rendimento nas famílias rurais.

Segundo dados apresentados pelo Governo, de 2006 a 2011, foram financiados por OILL 72. 447 Projectos em diversos pontos do território nacional dos quais 37. 912 de geração de renda e os restantes 34. 535 destinados a produção de alimentos e gerados 263. 821 empregos (MAE:2011).

Passados cinco anos em 2011, após a introdução deste fundo, um dos elementos que se levanta, é até que ponto esta estratégia do Governo que visa impulsionar o desenvolvimento rural consegue gerar transformações sócio-económicas das comunidades locais rumo ao seu desenvolvimento.

¹ Define princípios de descentralização e desconcentração.

² O FDD integra para além dos sete milhões outros fundos descentralizados para os Distrito que são geridos a este nível.

O período que escolhemos para a análise é fundamentado por Jannuzzi (2004) citado por Tovela (2016) que considera que 5 anos de vigência de um programa podem ser enquadrados na média duração, cujos subsídios são suficientes para se medir o impacto ou mensurar as consequências de uma acção.

O interesse neste tema surge da necessidade de correlacionar as transformações sócio-económicas que ocorrem no Distrito de Zavala com a aplicação do Fundo do Desenvolvimento do Distrito.

O nosso estudo, está centralizado no Posto Administrativo de Zandamela, concretamente na Localidade do mesmo nome. A razão da escolha desta área de estudo deve-se ao facto de a Localidade de Zandamela ser a mais povoada do Distrito com 35.73% da população total³ (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito 2011-2015).

Neste trabalho, os conceitos de Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) e o Fundo de Desenvolvimento do Distrito (FDD) são usados referenciando o mesmo fundo tendo em consideração que o que hoje se chama FDD no início foi denominado OIIL quando foi introduzido em 2006. O outro termo que é usado para designar estes fundos é “7 milhões” pois, aquando da introdução deste fundo foi de forma equitativa atribuído em todos os 128 Distritos do país o mesmo valor de sete milhões.

Neste contexto, entenda-se neste trabalho que o OIIL, o FDD e os Sete Milhões referem-se aos mesmos fundos descentralizados pelo Governo visando promover o desenvolvimento sócio -económico nas zonas rurais.

1.1 Pertinência do Estudo

Este estudo revestiu-se de extrema importância não só por ser actual, mas também como uma contribuição para um debate académico que possa influenciar na consolidação ou

³ Ver dados concretos sobre a população do Distrito no capítulo sobre a localização do Distrito.

melhoria das políticas e estratégias de desenvolvimento rural em Moçambique, através da aplicação do FDD ou de outros fundos descentralizados para o nível comunitário.

1.2 Objectivo Geral

Compreender o papel do Fundo do Desenvolvimento do Distrito nas transformações sócio-económicas nas comunidades do Distrito Zavala, sobretudo no Posto Administrativo de Zandamela, na localidade do mesmo nome.

1.3 Objectivos Específicos

1. Relacionar as transformações sócio-económicas que ocorrem no Distrito de Zavala com a aplicação do FDD;
2. Identificar as diferentes fontes de sobrevivência e de rendimento das comunidades de Zavala em especial do Posto Administrativo de Zandamela;
3. Relacionar as transformações sócio--económicas com as outras fontes de financiamentos existentes no Distrito para além do FDD;
4. Verificar a evolução dos rendimentos familiares e o seu impacto no bem-estar dos beneficiários do FDD;
5. Correlacionar os níveis de produtividade nas diferentes actividades económicas com a aplicação do FDD.

1.4 Pergunta de partida

Para esta pesquisa tivemos como pergunta de partida: *Até que ponto o FDD constitui um factor dinamizador das transformações sócio--económicas no Distrito de Zavala.*

1.5 Hipóteses

H1. As transformações sociais e económicas em curso no Distrito de Zavala resultam da aplicação do Fundo do Desenvolvimento do Distrito isto é, com a

introdução do OIIL em 2006, o distrito tem vindo a alcançar níveis de desenvolvimento sócio-económico que não se verificavam antes da introdução destes fundos.

H2. Apesar da introdução do Fundo do Desenvolvimento do Distrito em 2006, visando impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do Distrito de Zavala, não se registam evidências de mudanças no seio das comunidades pois mantêm-se os níveis de pobreza anteriores ao fundo.

H3. As transformações sócio-económicas que ocorrem no Distrito de Zavala são em parte, resultantes da aplicação do Fundo do Desenvolvimento do Distrito, e também das outras iniciativas e estratégias de sobrevivências adoptadas pelas comunidades locais.

1.6 Conceitualização

As abordagens que trazemos neste estudo para a sua melhor compreensão necessitam de um entendimento de alguns conceitos que são chave no nosso trabalho tais como: *Transformação Social e Transformação económica.*

Deste modo, neste capítulo trazemos os diferentes entendimentos dos autores que abordam estes conceitos e procuramos trazer uma definição que melhor se enquadra no nosso estudo.

1.1.1 Transformação Social

Transformação Social é um conceito composto por duas palavras distintas: Transformação e Social. Recorrendo ao Dicionário Verbo da Língua Portuguesa (2008), a palavra *Transformação* significa acto de mudança de forma, reforma, alteração, metamorfose, evolução. Ainda segundo o mesmo dicionário, a palavra *social* é pertencente ou respeitante

a sociedade e é usada para referir problemas relativos à organização e a satisfação das necessidades da sociedade.

Tendo em consideração a noção dos dois termos que compõem o conceito *transformação social*, este pode ser entendido como sendo mudanças que ocorrem na organização da sociedade para a satisfação das suas necessidades (Chivale:2011).

Segundo Bottomore (1987) citado por Chivale, nas teorias sociológicas as noções de transformação social misturam-se muitas vezes com as noções de desenvolvimento, progresso, evolução merecendo deste modo, um tratamento relacionado (Chivale:2011).

Ainda segundo Bottomore (1987), o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, o aumento do conhecimento e do controle da natureza demonstra ser um elemento mais pertinente na transformação da sociedade. Acrescenta ainda que, o desenvolvimento como processo está ligado ao avanço científico, tecnológico e ao progresso daí que deve-se considerar alguma lógica no tratamento menos diferenciado destas noções (Idem).

Para Costa (1992) a transformação social é a alteração nas características dos protagonistas movidas pela inovação tecnológica, ao desenvolvimento de sistemas de ensino, de segurança social, às mudanças nos mercados económicos e nas instituições políticas, aos movimentos migratórios ou outros que conduzem por sua vez, mudanças nas ideias, nos valores, nos estilos de vida e nas práticas quotidianas.

Castro (2000), compartilha da definição defendida por Costa, refere que a transformação social esta associada à alterações fundamentais no domínio dos valores da sociedade mediante a presença de forças inovadoras. Para este autor, a prevalência das forças conservadoras garante a continuação do Status quo, enquanto o domínio das forças inovadoras causa mudanças sociais.

Tendo em consideração as diferentes visões dos autores acima referenciados sobre a definição da transformação social, para o caso deste estudo, podemos retirar alguns

aspectos chaves como, mudanças provocadas pelas forças inovadoras (Costa, 1992 e Castro, 2000), e organização da sociedade para a satisfação das suas necessidades (Dicionário Verbo da Língua Portuguesa, 2008), pois, pretendemos relacionar a presença de um factor dinamizador externo à comunidade, o Fundo do Desenvolvimento do Distrito, como elemento inovador para provocar as mudanças nas formas da organização da sociedade para a satisfação das suas necessidades.

Deste modo, a transformação social será entendida como sendo mudanças que ocorrem na comunidade como resultado das forças inovadoras visando a satisfação das suas necessidades.

1.1.2 Transformação económica

Tal como vimos na definição da transformação social, a transformação económica é também um conceito composto por duas palavras distintas: transformação e económica.

O Dicionário Verbo da Língua Portuguesa (2008), define a *transformação* como sendo o acto de mudança de forma, reforma, alteração, metamorfose, evolução. A palavra económica advém da economia que segundo Samuelson (2000) é o estudo de como os homens e a sociedade decidem com ou sem a utilização de dinheiro, empregar recursos produtivos escassos, que poderiam ter aplicações alternativas, para produzir diversas mercadorias ao longo do tempo e distribuí-las para o consumo, agora e no futuro, entre diversas pessoas e grupos da sociedade. Para Aiub (2009), a economia estuda a maneira como administramos recursos escassos com o objectivo de produzir bens e serviços e distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade. Quer o Samuelson (2000) quer Aiub (2009) convergem em definir a economia com a administração para a satisfação das necessidades dos membros da sociedade.

A combinação das duas palavras “transformação e economia”, podem significar transformações económicas que são o objecto de análise no nosso estudo. E no contexto do

nosso estudo deve ser entendido como sendo as alterações ou mudanças que ocorrem na área da produção e produtividade e da geração das receitas para o Governo do Distrito visando a satisfação das necessidades básicas dos beneficiários do FDD e do Distrito no geral.

1.1.3 Quadro Teórico – Teorias Sobre o Desenvolvimento Rural

Para melhor compreensão deste trabalho, orientam-nos diferentes abordagens ou teorias sobre o desenvolvimento rural. A razão da escolha destas abordagens tem a ver com o objectivo que se pretende com este estudo que é avaliar o impacto do FDD como uma política pública que visa impulsionar o desenvolvimento nas zonas rurais.

Como pode se depreender, o termo *desenvolvimento rural* é composto por duas palavras nomeadamente: (i) desenvolvimento e (ii) rural, daí ser importante antes de descrevermos a teoria sobre o desenvolvimento rural, obtermos o entendimento sobre estes dois conceitos.

No que diz respeito ao *Desenvolvimento*, como muitos dos conceitos das ciências sociais, não existe uma definição universalmente aceite. A professora Joan Robson da Universidade de Cambridge citado por Vala (2007) compara o desenvolvimento a *um elefante que é difícil de definir mas que é fácil de reconhecer*, isto devido a sua natureza complexa. MADER (2000) resume esta complexidade com o facto do desenvolvimento não ser uma coisa concreta, com existência objectiva, nem ser um processo autónomo, mas sim, resultante de um conjunto de factores.

Conterato e Fillipe (2009), Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, na sua discussão sobre teorias de desenvolvimento, falam da controversia do conceito de desenvolvimento, quanto á sua forma de concepção e aferimento e justificam pelo facto de que, segundo eles, o desenvolvimento só existe como tal quando é percebido como uma situação que promove mudanças em determinada colectividade humana como

resultado da acção individual ou colectiva. E como nem sempre essas acções promovem o mesmo impacto na colectividade ou seja, melhoram o nível de vida de todos os indivíduos que compõem a colectividade, qualquer forma de aferição dos níveis de desenvolvimento estará sempre sujeito a críticas teóricas e metodológicas

Oliveira (2002) também defende que o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem económica, política e, principalmente, humana e social. Este autor, enfatiza ainda a sua posição afirmando que o desenvolvimento deve ser entendido como sendo o crescimento isto é, incrementos positivos no produto e na renda para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

A visão de Oliveira (2002) é alinhada a do MADER (2000) quando diz que o desenvolvimento é um processo que articula os esforços nas esferas de crescimento económico, equidade social, uso racional dos recursos naturais e a boa governação com o objectivo de melhorar as condições de vida da população, mediante uma transformação produtiva. Acrescenta ainda que o desenvolvimento visa o indivíduo e a comunidade em que ele se insere e não apenas as estatísticas agregadas.

Vala (2007) busca as diferentes abordagens do desenvolvimento e faz um enquadramento a realidade mocambicana. Para este autor, o desenvolvimento deve estar ligado a possibilidade do indivíduo ter um pouco de dinheiro para custear as despesas da família, mais e melhor comida, mais possibilidade de comunicar-se e divertir-se com a família e amigos próximos e distantes, ter acesso a terra, mais vestuário, oportunidade de emprego, melhor assistência médica e escola, desporto, cultura, liberdade, participação, auto-estima e conhecimento do Mundo.

Como podemos notar nas diferentes percepções sobre o desenvolvimento apresentados por estes autores, o debate ainda continua em aberto contudo, todos convergem ao relacionar o

desenvolvimento com a satisfação das diferentes necessidades dos indivíduos e na colectividade.

Em relação ao termo *Rural*, Terluin (2003) citado por Kagejama (2003) define rural como sendo uma unidade territorial com uma ou mais pequenas ou médias cidades circundadas por grandes áreas de espaço aberto com uma economia regional compreendendo actividades agrícolas, industriais e de serviços e uma população com densidade relativamente baixa.

Abromovay (2003) também citado por Kagejama (2003), apresentam três aspectos básicos que na sua óptica caracterizam o rural: (i) a relação com a natureza, (ii) a importância das áreas não densamente povoadas e a (iii) a dependência com o sistema urbano.

Kagejama (2003) reconhece a inesgotabilidade de uma discussão sobre o rural, e a apresenta quatro aspectos que podem constituir algum consenso nomeadamente: (i) Rural não é sinónimo de agrícola nem tem exclusividade sobre este; (ii) O rural é multisectorial (pluriactividade) e multifuncional (funções produtoras, ambiental, ecológica e social); (iii) As áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa e (iv) Não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas pois, se estabelecem redes mercantis, sociais e institucionais entre o rural e as cidades e vilas adjacentes.

Devido pluriactividade e multifuncionalidade do meio rural, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 1996), apresenta uma classificação em três tipos de zonas rurais nomeadamente:

- a) *Zonas economicamente integradas*: zonas rurais prósperas geralmente próximas de um centro urbano ao qual se integram por uma rede de comunicações bem desenvolvida combinando as melhores vantagens de vida no campo e na cidade e aproveitando economias de escala e de aglomeração com demanda e oferta diversificada de emprego;

- b) *Zonas rurais intermediárias*: são zonas tradicionalmente desenvolvidas com base num sector agrícola próspero e nas actividades a ela associadas são geralmente afastadas de centros urbanos mas com infra-estruturas de transporte suficiente para ter acesso a eles; são zonas em processo de integração económica em que as novas actividades (indústria, comércio, turismo) começam a transformar a estrutura do emprego.

- c) *Zonas rurais isoladas*: possuem uma população dispersa e localizam-se em áreas periféricas bem afastadas de centros urbanos (montanhas e Ilhas por exemplo); a infra-estrutura e os serviços locais são precárias a produção tradicional (agricultura e pequeno artesanal pequeno), as rendas e a qualificação de mão-de-obra são bastante baixas.

Com esta classificação a OCDE propõe a adopção de medidas de intervenção que levem em conta as características específicas de cada tipo de zona rural.

Depois de trazermos as diferentes abordagens de forma separada do desenvolvimento e rural, para o entendimento sobre o *Desenvolvimento Rural* trazemos discussões de alguns autores sobre este conceito e a respeito da teoria.

FIALHO & WAQUIL (2008), recorrendo aos resultados das entrevistas a algumas organizações e empresas que trabalham no desenvolvimento rural, apresenta a seguinte definição:

“Desenvolvimento rural são várias acções que acontecem num determinado local, numa determinada região que visam a melhoria da qualidade de vida das pessoas, onde se movimentam projectos, actividades em prol da melhoria da qualidade de vida. Na verdade, o desenvolvimento rural proporciona para as famílias rurais a qualidade de vida, envolvendo questões de saúde, saneamento básico, da renda da agricultura, da alimentação, da segurança alimentar”.

A Estratégia de Desenvolvimento Rural de Moçambique (2007), define o desenvolvimento rural como sendo a transformação da composição e da estrutura social, económica, política, cultural e ambiental das áreas rurais o que implica actuar sobre os estrangulamentos da economia e das instituições da sociedade rural, nomeadamente sobre as variáveis simultaneamente importantes e onde a zona rural é mais débil e fraca. Desta forma, a EDR entende ainda que o Desenvolvimento Rural é o processo de melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem-estar das pessoas que habitam nas zonas rurais.

Castel Branco (2008) no seu artigo sobre Desafios de Desenvolvimento Rural em Moçambique, questiona a pertinência de se colocar o desenvolvimento rural em Moçambique como o centro de gravidade da estratégia de desenvolvimento nacional e para este autor, não faz sentido ter uma estratégia de desenvolvimento rural nem uma organização governativa focada para o desenvolvimento rural. Para Castel Branco (2008) o desenvolvimento rural deve ser concebido como processo de industrialização rural com base social e regional alargada e base produtiva e comercial diversificada.

Ao apresentar este ponto de vista de desenvolvimento rural, Castel Branco (2008) rebate a ideia defendida por Vala (2007), Negrão (2001) que defendem que o desenvolvimento de Moçambique passa por onde a riqueza se encontra, que é no campo⁴.

Sem entrar no debate da definição do conceito, Kagejama (2003) apresenta uma teoria de desenvolvimento rural baseado em três enfoques nomeadamente: o primeiro de desenvolvimento exógeno, o segundo do desenvolvimento endógeno e o terceiro da combinação dos dois.

Em relação ao primeiro enfoque, o autor refere que o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implementado em certas regiões e apresenta como exemplo as políticas de modernização agrícola como forma de estimular o desenvolvimento rural.

⁴ Entenda-se o campo como sendo as zonas rurais.

O enfoque endógeno centra-se no desenvolvimento local gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais em que os actores e as instituições desempenham um papel crucial. O enfoque da combinação dos dois anteriores centra-se na conjugação de sinergias entre as forças externas e internas, a região em que os actores das regiões rurais estão envolvidos, simultaneamente em um complexo de redes locais e externas que podem variar significativamente entre regiões.

Mais adiante nesta teoria Kagejama (2003), apresenta indicadores de desenvolvimento rural baseado no cálculo aritmético de quatro índices parciais que são: índice sobre a densidade populacional (IPOP), índice do Bem-estar Social (IBES), índice económico (IECO) e índice do Meio Ambiente (IMA). Nestes termos segundo este autor teríamos a seguinte fórmula para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR).

$$IDR = IPOP + IBES + IECO + IMA/4$$

O IPOP compreende entre outros aspectos a densidade populacional e a sua variação tendo em consideração o processo migratório, o IBES compreende acesso a habitação, saúde, Escolas, acesso a comunicação, IECO que é a renda familiar, produtividade no trabalho na agricultura e investimentos e a IMA que corresponde entre outros aspectos a ausência de monoculturas e a capacidade de conservação dos solos.

O nosso trabalho é orientado por esta teoria de Kagejama pois, assumimos que as transformações sócio-económicas que pretendemos avaliar no distrito de Zavala podem estar aliadas aos factores exógenos, endógenos ou a combinação dos dois e está em concordância com as três hipóteses que definimos para este trabalho.

Neste contexto, assumimos que o FDD constitui um factor exógeno⁵ enquanto as instituições como os conselhos consultivos locais, as lideranças comunitárias, e as potencialidades em recursos naturais à disposição da comunidade constituem um factor

⁵ Exógeno pelo facto de estar aliado ao processo de descentralização de recursos financeiros para os distritos visando impulsionar o desenvolvimento das comunidades ao nível dos distritos.

endógeno. A combinação destes dois factores deveria provocar transformações sócio-económicas para o melhoramento da vida das populações que vivem no meio rural.

1.7 Variáveis do Estudo

Para se chegar a uma conclusão sobre o papel do FDD nas transformações sociais e económicas no Distrito de Zavala, testamos algumas variáveis de natureza social e económica nos beneficiários do FDD e que também fazem parte dos indicadores propostos por Kangejama (2003) quando fala do Índice do Desenvolvimento Rural (IDR):

- *Tipo de habitação* (capacidade de construir casas condignas);
- *Acesso a saúde* (capacidade de compra de medicamentos e cuidados sanitários);
- *Acesso a educação* (capacidade de garantir o ensino as crianças em idade escolar nas famílias beneficiárias)
- *Número de refeição/dia* (um dos impactos directos é a capacidade da família beneficiária poder passar três refeições por dia);
- *Acesso a água potável* (as famílias com rendimentos abrem cisternas e compram chapas de zinco para a captação da água da chuva);
- *Níveis de produtividade* (volume de produção depois do acesso ao fundo);

As variáveis acima descritas serão testadas tendo em consideração o antes e depois do financiamento do projecto pelo FDD.

1.8 Metodologia

Para melhor alcance dos objectivos propostos neste estudo, tornou-se fundamental a definição de procedimentos metodológicos com base científica orientados por elementos teóricos aprendidos durante o processo de formação no curso de sociologia rural e gestão

de desenvolvimento, orientado para percepção e intervenção prática nas estruturas rurais visando a melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

A nossa abordagem metodológica privilegiou a revisão bibliográfica baseada em análise dos diferentes documentos escritos sobre o tema do nosso estudo, a destacar a literatura científica, teses, artigos, relatórios e outros documentos informativos disponíveis quer de forma física, quer de forma electrónica. Para o efeito, foi nos úteis o acervo documental disponível na Biblioteca Brazão Mazula da Universidade Eduardo Mondlane, Biblioteca Nacional assim como relatórios produzidos e disponibilizados pelo Ministério da Administração Estatal e pelo Governo do Distrito de Zavala.

O método de observação indirecta e a técnica de entrevistas semi-estruturadas foi também outra abordagem metodológica que permitiu captar o sentimento dos entrevistados sobre os processos nos quais estão envolvidos.

O trabalho de campo ocorreu no Distrito de Zavala, concretamente na Localidade de Zandamela e o estudo abrangeu apenas os beneficiários do FDD dos anos 2007 e 2008 pois, pretendia-se com o mesmo fazer a análise dos impactos deste financiamento até ao ano 2011, período considerável para os projectos gerarem resultados, impactos e sua sustentabilidade. O ano de 2006, não foi contemplado porque não havia ainda clareza sobre a finalidade do FDD para além de não existir algum registo sobre os beneficiários da Localidade de Zandamela neste ano.

Para uma compreensão mais holística do processo, além dos beneficiários directos do FDD, o trabalho de campo contemplou entrevistas com os gestores do FDD ao nível do Distrito e do Posto Administrativo de Zandamela o que permitiu confrontar as informações colhidas na revisão bibliográfica e nas entrevistas com os beneficiários.

A análise final dos dados foi orientada muito mais para uma abordagem qualitativa tendo em consideração a natureza do tema, o que nos permitiu sistematizar as diferentes

percepções assim como, captar o grau de satisfação de todos os actores envolvidos no processo do FDD.

CAPÍTULO II: LOCALIZAÇÃO E A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DO DISTRITO DE ZAVALA

Neste capítulo, apresentamos a localização geográfica do Distrito de Zavala, a situação sócio económica sobretudo, aspectos ligados a educação, saúde, habitação e produtividade familiar no período anterior a alocação do FDD ao Distrito.

2.1 Localização da Área de Estudo: *Distrito de Zavala*

Segundo dados colhidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Zavala (PEDD 2011-2015), este Distrito localiza-se no extremo Sul da Província de Inhambane entre as coordenadas 24 graus, 10' 00'' e 24 graus 45' 00'' Latitude Sul e 35graus 41'10'' e 35graus 47'30'' de Longitude Este, a Norte com o Distrito de Inharrime e em grande parte limitado pelas águas do rio do mesmo nome, com quem as partilha juntamente com as Lagoas Poelela, Sul e Sudoeste com o Distrito de Manjacaze, Província de Gaza, a Sul e Este, confina a parte continental com as águas do Oceano Indico.

A sede do Distrito com o nome de Quissico situa-se a 133km da capital provincial (cidade de Inhambane) e a 130km da capital da província de Gaza (Xai-Xai). Enquadra-se no grande corredor de desenvolvimento definido pela EN1, que atravessa a Vila na direcção Sul para Norte privilegiando uma ligação directa com os centros urbanos de Xai-Xai a Sul e Maxixe a norte sendo os pontos de influência para o desenvolvimento do Distrito.

O Distrito de Zavala tem uma superfície de 2 617 Km², uma população de 139 145 habitantes (censo 2007), dos quais 56% corresponde a população feminina e 44% masculina. A densidade populacional do Distrito é de 53,2hab/km².

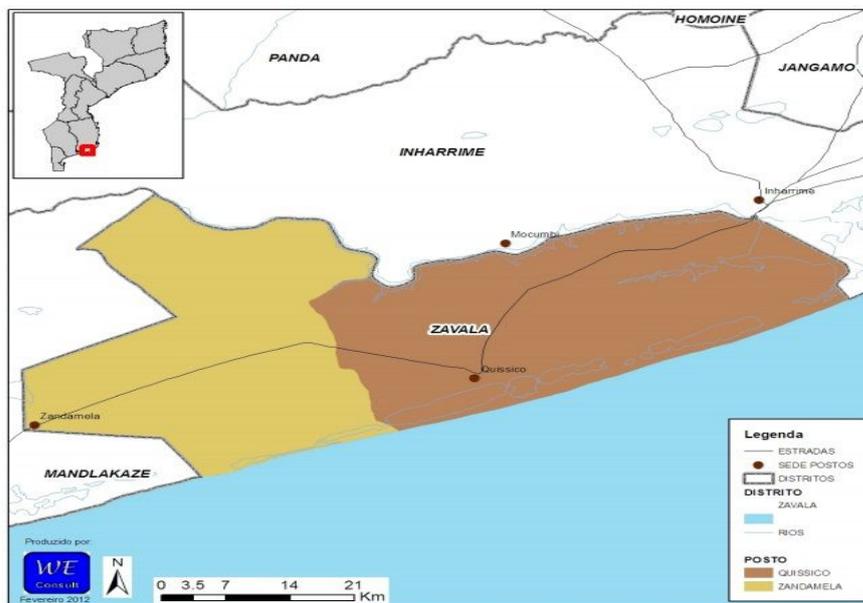
Tabela 1: Distribuição da População por Localidade

	Total	Homens	Mulheres
Distrito de Zavala	139 145	60 980	78 165
Posto Administrativo de Quissico	77 696	29567	43477
Localidade de Quissico	47 995	16503	21 101
Localidade de Muane	29701	13064	16637
Posto Administrativo de Zandamela	61 449	26761	34688
Localidade de Zandamela	49730	21618	28112
Localidade de Maculuva	11719	5143	6576

Fonte: INE (2007)

Em termos da divisão administrativa o Distrito está dividido em dois Postos Administrativos sendo; Zandamela composto pelas localidades de Zandamela e Maculuva e o de Quissico Sede composto pelas localidades de Muane e Quissico sede e um total de 67 povoados distribuídos da seguinte maneira: Zandamela (21) Maculuva (13); Muane (12) e Quissico (21) e quatro Bairros.

Figura 1: Mapa do Distrito de Zavala



Este mapa mostra a configuração do Distrito de Zavala e a sua divisão administrativa em dois Postos Administrativos nomeadamente: Zandamela e Quissico.

2.2 Análise da Situação Sócio Económicas do Distrito de Zavala antes do FDD

Segundo o Perfil do Distrito de Zavala (2005), este Distrito não possui forte apetência para a actividade agrícola podendo se dividir em duas zonas agro-ecológicas:

Zona A: que abrange a localidade de Maculuva que constitui a zona mais crítica em termos de ocorrência de secas. Nesta zona predomina o clima tropical com a temperatura média anual a oscilar entre os 16 e 28 graus Célsius e os níveis de precipitação anual entre 600mm e 800mm com uma distribuição muito irregular. As culturas praticadas são a mandioca, o milho, amendoim, feijão nhemba e jugo, arroz, batata-doce e hortícolas.

Zona B: Abrange a zona costeira do Distrito e grande parte do interior. A precipitação anual oscila entre 1000mm e 1200mm. Embora ocorram algumas cheias, a seca é mais frequente. As principais culturas são o milho, amendoim, feijões, castanha de caju e algodão.

De uma forma geral em todo o Distrito a produção agrícola é feita em condições de sequeiro, uma vez que as condições climatéricas determinam uma colheita por ano (época das chuvas) nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade do solo durante o período do crescimento das culturas. O Distrito não possui infra- estruturas de regadio disponíveis para a exploração agrícola.

Dada a composição alargada da maioria dos agregados moçambicanos, a estrutura da exploração agrícola do distrito reflecte a base da economia familiar, constatando-se que 85% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

Segundo o Perfil do Distrito (2005), as explorações estão divididas em cerca de 70 mil parcelas, metade com menos de meio hectare e exploradas em 55% dos casos por mulheres.

O mesmo levantamento realça ainda que 30% do total dos agricultores são crianças menores de 10 anos de idade de ambos os sexos.

Em termos de utilização económica do solo, a terra é usada em regime de consociação de culturas alimentares, a destacar o milho, a mandioca, feijão nhemba, amendoim, batata-doce e arroz. O Distrito tem também um potencial em fruteiras, pomares e cajueiros.

Até o ano 2005, estimava-se que no Distrito existiam 20 mil criadores de pecuária e 34 mil de avicultora, a maior parte em regime familiar. Os dados disponíveis até aquele ano apontavam para uma estrutura de comercialização da produção que variava de 5% nos bovinos a 10%, constituindo para além do seu valor alimentar, uma fonte importante de rendimento familiar.

Constituem também fontes de rendimento do Distrito a venda de madeira, lenha, caniço, e carvão, a actividade pesqueira e artesanal.

2.3 Habitação

O tipo de habitação que predomina no Distrito é a palhota com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus (Perfil do Distrito:2005). Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito - PEDD (2011), nos últimos anos tem aparecido construções mistas (barracas) com pavimento de cimento, paredes de estaca e caniço com tecto coberto de chapas de zinco.

As zonas habitacionais localizam-se junto a costa e a Vila de Quissico e a Localidade de Zandamela são as zonas que apresentam maior número de casas de alvenaria pertencentes a singulares (IDEM).



Fig: 2 e 3: tipo de habitações frequentes no Distrito de Zavala

Como podemos observar nas duas figuras, trata-se de palhotas feitas de material local (caniço, paus e capim), com a particularidade da figura 3, que apresenta um revestimento na parede com matope o que lhe garante mais resistência a ventos fortes ou outro tipos de eventos relacionados com as calamidades naturais.

2.4 Educação

Dados de 2005 revelam que apenas 29% da população, sobretudo do Posto administrativo de Quissico, tinha frequentado a escola primária. Do total da população com maior de 5 anos apenas 17% concluiu algum ensino, deste 95% concluíram o ensino primário e 2% o ensino secundário e os outros níveis de ensino apenas representam 3%. (Perfil do Distrito:2005)

O Perfil do Distrito destaca ainda o facto de em 2003, em termos de rede escolar, o Distrito contar com 78 escolas sendo 68 do ensino primário (1ª a 5ª classes) 9 do ensino primário de nível 2 (6ª e 7ª Classes) e uma escola secundária (8ª a 10ª classe).

Segundo o PEDD (2011), a rede escolar do Distrito em 2010 era constituída por um total de 83 escolas das quais 52 do ensino primário do primeiro grau (1ª a 5ª classes), 29 do ensino

primário completo (inclui 6ª e 7ª classes) e 2 escolas secundárias (8ª a 11ª classes) e 132 centros de alfabetização e educação de adultos contudo, a funcionar ao ar livre.

Ainda segundo o PEDD (2011), o aumento da rede escolar reflectiu-se nas taxas brutas de admissão, apenas em 2009, a taxa de admissão situava-se em 89%, escolaridade em 87%, aproveitamento em 87,5%, nível de cobertura em 78% e a participação da rapariga em 49,2%.

Reparando para os números sobre a rede escolar apresentados no Perfil do Distrito em 2005, comparando com os números apresentados pelo PEDD em 2011, permite nos concluir que de 2003 ano de referência para o Perfil do Distrito para 2010 ano de referência no PEDD, foram apenas construídas mais cinco escolas o que corresponde a 6% do incremento da rede escolar em 2010.

2.5 Rendimento e consumo Familiar

O Perfil do Distrito de Zavala (2005), apresenta o Distrito com um índice de incidência da pobreza estimado em cerca de 80% no ano de 2003, com um nível médio mensal das receitas familiares estimado em 1.050 meticais sendo, 46% em espécie, derivados do auto consumo e da renda imputada pela posse de habitação própria), a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (59%) e na habitação, água, energia e combustíveis (25%).

A distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com 71% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 2000 contos.

Em termos de segurança alimentar e estratégias de sobrevivência o Distrito produz duas colheitas por ano o que é insuficiente para cobrir as necessidades básicas que só são satisfeitas com outras estratégias de sobrevivência.

Dados dos Médicos sem fronteiras citados no perfil do Distrito estimam que em 2,5 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca. Estima-se também que 5% da sua população, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, vivem em situação potencialmente vulnerável.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de comida pelo trabalho, a venda de bebidas tradicionais e a recolha de frutos silvestres. O comércio informal constitui uma actividade alternativa dos jovens assim como o trabalho migratório para África do Sul e Cidade de Maputo. A pesca também constitui outra alternativa absorvendo parte da mão-de-obra masculina da zona costeira do Distrito.

Quanto as outras fontes de rendimentos como emprego, as oportunidades são muito reduzidas pois o distrito não possui nenhuma indústria ou estabelecimentos que possam absorver a força de trabalho, apenas existindo pequenas indústrias e casas comerciais de base familiar.

CAPITULO III: OIIL COMO ESTRATEGIA DE FINANCIAMENTO RURAL

3.1. Possíveis factores que ditaram a Origem do OIIL

Segundo o MAE (2011), o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local é resultado do aprofundamento de processos de descentralização e desconcentração em curso no país. Tem abrigo na Lei 8/2003 de 19 de Maio e do regulamento 11/2005 de 10 de Junho onde está definido que o Distrito é a unidade territorial principal da organização e funcionamento da administração local do Estado e base da planificação do desenvolvimento económico, social e cultural da República de Moçambique.

O orçamento de investimento de iniciativa local complementa o orçamento de funcionamento de qualquer unidade orçamental tal como está previsto na legislação em vigor no país. O orçamento pressupõe a existência de despesas a efectuar e receitas a arrecadar num permanente estado de equilíbrio.

Vala (2009) considera que antes do Distrito ser considerado unidade orçamental, os recursos eram afectados ao Gabinete do Administrador Distrital incluindo a Secretaria Distrital. Os demais serviços/direcções distritais recebiam recursos transferidos dos seus respectivos sectores provinciais de tutela. Em 2006, o Distrito passa a receber dotações orçamentais como unidade, como governo Distrital sendo a Secretaria Distrital a gestora do orçamento a este nível⁶.

Segundo Sande (2011), as primeiras experiências-piloto de planificação e orçamentação descentralizada com foco no Distrito foram implementadas entre 1998 e 2005 na província de Nampula, inseridas no Programa de Planificação e Financiamento Descentralizado, que tinha como objectivo contribuir para a redução da pobreza através da governação local melhorada e fundamentada na crença de que o desenvolvimento local dependia do grau de

⁶ O Distrito passa a receber este orçamento a luz da Lei 12/2005 de 23 de Dezembro que aprova o Orçamento do Estado para o ano 2006. Esta lei fixou o limite orçamental de investimento público de iniciativa privada onde a responsabilidade da execução foi delegada aos governos distritais.

descentralização e desconcentração de responsabilidades e recursos e da participação comunitária na planificação e implementação de actividades do sector público local.

Para além desta experiência da província de Nampula, o relatório do MPD (2009), faz referência a outras experiências através das quais, algumas províncias como: Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica e Sofala, com apoio de parceiros internacionais (Banco Mundial, PNUD, UNCDF entre outros) já existiam orçamentos de investimento “off budget” no âmbito da implementação de projectos de planificação e finanças descentralizadas por parte do Ministério da Planificação e Desenvolvimento, a nível central, e Direcções Provinciais do Plano e Finanças, a nível Provincial.

Entretanto os recursos em referência não cobriam a promoção/financiamento directo das actividades económicas de iniciativa privada, quer de forma singular quer por via de associações da sociedade civil.

Deste modo, segundo MPD (2009), o OIIL, constitui um avanço em relação ao modelo implementado em forma de projectos com apoio de parceiros internacionais. No quadro da crise mundial de 2006/07, cuja face visível no país foi representada pela subida galopante dos preços de combustível e de produtos alimentares básicos. O OIIL é visto como um factor preponderante de mitigação e de desenvolvimento com ênfase para o meio rural.

No Manual sobre a execução do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local “Orientações Metodológicas (2009), o Governo reafirma que o OIIL enquadra-se no processo da descentralização e tem como a finalidade induzir transformações na economia rural que contribuam para fazer do Distrito o efectivo pólo de desenvolvimento. O Manual acrescenta ainda que, o OIIL/FDD visa a produção dos alimentos e estimular renda acrescida nos agregados familiares que vivem e trabalham nos Distritos de Moçambique, aumentar a produtividade agrícola, promover o empreendedorismo e a monitorização da economia rural, criando assim as bases para geração de mais postos de trabalho (incluindo o auto-emprego) e ainda assegurar a bancarização dos micro pequenas e médias empresas (PMEs).

Enquanto o Governo apresenta como argumento para a alocação do OILL aos Distritos o aprofundamento e aperfeiçoamento da descentralização e desconcentração da actividade de planificação e orçamentação, Forquinha e Orre (2012) tentam encontrar outras razões para a introdução do OILL baseando-se nos estudos de Connerly et al (2010) que distingue três possíveis objectivos da descentralização: *segurança, democratização e desenvolvimento*.

A *segurança* como o motivo visando a estabilização dum país por meio da descentralização e partilha do poder, esta hipótese é reprovada pelos autores acima referenciados pois, segundo eles, se fosse o caso, o OILL teria sido aplicado logo após as negociações de paz e não muito mais a posteriori. A ideia da *democratização* também é excluída por estes autores pelo facto de em nenhum discurso oficial do governo ter focado neste aspecto ao se referenciar o OILL.

O único motivo que o Governo sempre apresentou que se enquadra nos três possíveis objectivos da descentralização é o *desenvolvimento*, pois os discursos do Governo centram no combate a pobreza e a escassez de alimentos bem como, o fomento do desenvolvimento local (Forquinha e Orre 2012). Para além dos objectivos da descentralização apresentados por Forquinha e Orre (Idem) apresentam o quarto elemento que também na óptica deles pode ter estado por detrás da motivação do OILL é o relativo a retenção ou a expansão do controlo político para a elite política central por meio de actos de descentralização.

Analisados os argumentos apresentados pelo Governo e por Forquinha e Orre, para a pergunta recorrente sobre a origem do OILL pode ter resposta de ter sido *resultado de um processo de aprofundamento e aperfeiçoamento de movimento de descentralização e desconcentração da actividade de planificação e orçamentação no país com vista ao empoderamento dos níveis de governação mais próximos das populações impulsionando deste modo o desenvolvimento local e do país, com a participação das comunidades*.

Sendo o OILL um mecanismo de financiamento a iniciativas privadas das comunidades, o subcapítulo seguinte tenta relacionar este fundo com os sistemas de financiamento do meio rural existentes no país.

3.2. Sistemas de Financiamento no meio rural.

A análise do sistema financeiro em Moçambique em geral e das zonas rurais até 2006⁷, poderá nos ajudar a compreender outras motivações da atribuição dos sete milhões aos distritos.

A respeito do sistema financeiro, o Programa Quinquenal do Governo 2005-2009 reconhece que um dos vectores para o combate a pobreza é o crescimento económico sustentável e reconhece ainda que para que a economia seja dinâmica é fundamental que funcione um sistema financeiro forte, sólido e territorialmente abrangente (RM 2005:107-112 in Vala).

Ainda sobre este assunto, a agenda 2025 e o PARPA II, também enfatizam que para o incremento da economia rural exige o aumento da monetarização da economia nacional e a existência de serviços financeiros para responder a necessidades do crescimento do sector privado.

Embora o reconhecimento táctico do PQG, Agenda 2025 e PARPA II da importância do sistema financeiro forte para a dinamizar a económico nacional, Vala (2009), afirma que a estrutura, a dinâmica e o funcionamento do sistema financeiro em Moçambique é deficiente. Para defender a sua tese apresenta os seguintes dados na tabela abaixo sobre a rede dos serviços bancários em Moçambique até 2006.

Tabela 2: Distribuição de Agências Bancárias por Província

Província	Numero/agências	Peso no Total
Cidade de Maputo	103	45,18%
Província de Maputo	18	7,89%
Gaza	14	6,14%
Inhambane	13	5,70%
Sofala	22	9,65%
Manica	12	5,26%

⁷ 2006 é o ano em que ocorre o primeiro desembolso dos 7 milhões para todos os 128 distritos rurais do país.

Tete	8	3,51%
Zambezia	10	4,39%
Nampula	17	7,46%
Cabo Delgado	7	3,07%
Niassa	4	1,75%
Total	228	100%

Fonte: BdM, Departamento de Supervisão Bancária, Dezembro de 2006.

Da tabela acima, pode se chegar a seguinte leitura/conclusões:

1. Dos 128⁸ distritos do país, apenas 28 (21,9% do total) é que possuem agências. Os restantes 100 distritos, sem nenhuma representação bancária, abrangem 78,5% da superfície do território nacional;
2. As três principais cidades (Maputo, Beira e Nampula) possuem 132 agências (cerca de 57,89% do total), das quais 103 (cerca de 78%) estão situados na cidade de Maputo.

Estes dados ilustram de forma inequívoca que o acesso aos serviços financeiros continua a ser privilégio dos grupos sociais que residem nos centros urbanos enquanto a maioria que vive no campo não dispõe de oportunidades similares de acesso aos serviços financeiros (Vala 2009).

A Estratégia de Finanças Rurais em Moçambique (2011), também reconhece a insuficiência dos serviços financeiros contudo mostra uma evolução e expansão destes serviços afirmando que em 1987 apenas havia 3 bancos em finais de 2010, tinha se evoluído para 16 bancos comerciais, 6 cooperativas de crédito, 117 operadores de microfinanças, 6 micro bancos, 10 organizações de poupança e empréstimo, para além de 4 seguradoras e 1 sociedade de locação financeira.

Dos 385 balcões existentes no país em 2010, concentram-se nas zonas urbanas particularmente em Maputo, Beira e Nampula. Em termos de distribuição nacional apenas

⁸ Até 2012, o ano de referência para este estudo, o país tinha 128 Distritos tendo passado em 2013 para 142.

52 Distritos é que possuem balcões, isto é, os restantes 76 que correspondem a 60% estão fora do sistema bancário (IDEM).

Em Junho de 2005, o Banco de Moçambique, fez um inquérito aos bancos comerciais sobre os principais constrangimentos para a extensão dos serviços financeiros para as zonas rurais e as respostas apontavam para os seguintes factores: a) ausência de infra-estruturas; b) elevados custos operacionais para a instalação de balcões; c) custos decorrentes da política monetária; d) economia rural de dimensão reduzida; e) ausência de sucursais do BdM; e f) mão-de-obra local sem perfil exigido (BM, 2007).

Inerente a expansão dos serviços financeiros às zonas rurais, a Estratégia de Finanças Rurais em Moçambique (2011), identificou dois tipos de constrangimentos sendo inerente a *oferta* e inerente a *procura*.

Em relação aos constrangimentos relativos a *oferta* pode se destacar as seguintes características:

- a) **Riscos.** Baixos índices agricultura em regadios nas zonas rurais e aleatoriedade de produção agrícola em sequeiro, sazonalidade da produção, valor final da produção dependente de comercialização que é geralmente pouco transparente ou dificultada por deficiente rede de transportes e de vias de acesso;
- b) **Custos de Transacção.** Baixo índice de urbanização, grandes distâncias entre aglomerados rurais pouco povoados, elevados custos de acompanhamento do crédito, custos elevados de transporte de dinheiro, baixo volume de transacções e serviços prestados;
- c) **Baixo Nível de Rendimentos das Famílias.** Dependência da agricultura de subsistência e comercial de pequena dimensão (media nacional 1ha/família), predominância do comércio informal, baixo índice de actividade económica;

d) Doenças endémicas como HIV-SIDA, a malária e outras. Prevalência do HIV-SIDA, nas zonas rurais, com reflexos na diminuição de activos na agricultura e no conseqüente declínio da produção, e morbidade provocada pela malária e por outras doenças debilitantes, com desvio de recursos e de activos para a satisfação de despesas relacionadas com essas doenças.

No concernente a procura Estratégia de Finanças Rurais em Moçambique (2011) refere-se aos constrangimentos da seguinte ordem:

a) Dimensão. As empresas e os clientes individuais são de reduzida capacidade económica e de baixa capacidade de endividamento;

b) Diversificação da actividade. A actividade económica está concentrada principalmente na agricultura, na pesca artesanal e no pequeno comércio informal. O predomínio da actividade agrícola é agrado pela sua característica familiar e de produção de subsistência embora com alguma agricultura comercial, por vezes ligada à produção sob contrato;

c) Concentração a geração de rendimentos é muito concentrada no período de comercialização da produção, o que também se reflecte no comportamento pequeno comércio rural. A necessidade de instituições financeiras para o depósito desses rendimentos não implica grande potencial para o depósito mas sim necessidade de segurança;

d) Capacidade técnica e de formação. A fraca capacidade de criar mecanismos de acesso a Tecnologias de Informação e Comunicação e a baixa formação profissional não facilitam a massificação de novas tecnologias de informação (e-banking), a aplicação de regras básicas de contabilidade e prática de novas técnicas de produção;

- e) *Gestão de Negócios*. As empresas predominantes das zonas rurais não têm na generalidade, capacidade nem conhecimentos de gestão de negócios nem de (micro) crédito.

3.3. Micro finanças como alternativa para a extensão dos serviços financeiros para as zonas rurais.

Tendo em consideração as condições das zonas rurais que as tornavam menos competitivas para os bancos convencionais se instalarem, alguns estudiosos do meio rural como Vala, apresentam como alternativa o incentivo as instituições de microfinanças que não requerem grandes investimentos em infra-estruturas físicas, de segurança, de tecnologias, de conhecimento humano especializado mas que possuem capacidade e condições para contribuir para o aumento da actividade económica, geração de rendimentos, empregos e capitação de poupanças.

A primeira experiência de concessão de micro créditos aos pobres foi desenvolvida há 40 anos pelo Professor Muhammad Yunus que consistia em conceder empréstimos de valores reduzidos a pessoas que não tem fiadores ou bens para apresentar como garantia e que como tal não tem acesso ao crédito da banca comercial. (VALA 2009).

Tabela 3: Distribuição das agências e operadores de micro crédito por província.

Província	Agências/cooperativas	Operad/micro crédito	Total	Peso%
Maputo Cide	6	33	39	58,93
Maputo Prov.	3	10	13	17,90
Gaza	1	1	2	1,79
Inhambane	0	0	0	0,00
Sofala	0	0	0	0,00
Manica	0	1	1	1,79
Tete	1	0	1	0,00
Zambezia	0	0	0	0,00
Nampula	0	1	1	1,79

C.Delgado	0	10	10	17,86
Niassa	0	0	0	0.00
Total	11	56	67	100

Fonte: BdM, Departamento de Supervisão Bancária, Dezembro de 2006

Tendo em consideração o cenário presente na tabela 3, podemos considerar que o outro factor que terá contribuído para a introdução do FDD são as limitações em termos de extensão territorial e as exigências do sistema financeiro que não permite que pessoas pobres com iniciativas empreendedoras sem requisitos exigidos pela banca, possam ter acesso ao financiamento através destes mecanismos de financiamento.

Esta tese é sustentada pelo próprio mentor da iniciativa, o Presidente Armando Guebuza ao afirmar que os sete milhões devem ser vistos como uma arma para tornar a economia moçambicana mais inclusiva por criar facilidade para que indivíduos de extractos sociais humildes, que de outro modo não teriam como financiar as suas iniciativas económicas tenham a possibilidade de serem actores reais na vida económica do país⁹.

3.4 Quadro legal e directrizes para a atribuição do OILL aos Distritos

O OILL está enquadrado na Lei 12/2005 de 23 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2006.

Para o início das transferências do OILL para os Distritos, o Ministério das Finanças emitiu a circular nº37/GM/MF/06 que serviu para orientar e aclarar algumas dúvidas para o seu funcionamento nos seguintes termos:

1. *A Assembleia da República, através da Lei nº 12/2005, de 23 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2006, estabeleceu as despesas de*

⁹ Armando Emílio Guebuza in <http://armandoguebuza.blogspot.com/2009/10/os-sete-milhoes-seu-papel-na-promoc.html>

investimento de âmbito distrital, tendo sido fixado o valor de 7 (sete) mil milhões de meticais para cada Distrito.

2. Para efeitos de execução dos fundos de investimento de iniciativa local dos Distritos no presente exercício económico, devem apenas ser observadas as instruções de execução orçamental que constam da Circular n.º 01/GAB-MF/2006, de 14 de Março e, os procedimentos que a seguir se apresentam:

- a) O valor de 7 mil milhões de meticais destina-se a aplicação nas despesas de investimento de iniciativa local de cada Governo Distrital;*
- b) Os Governos Distritais devem solicitar às Direcções Provinciais do Plano e Finanças (DPPFs) a locação dos respectivos fundos de investimento de iniciativa local, através de requisição de fundos;*
- c) Para efeitos de requisição de fundos, deve-se obedecer ao modelo que consta em anexo, cabendo às DPPFs proceder as explicações necessárias para o devido preenchimento;*
- d) Os processos de prestação de contas devem ser apresentados às DPPFs até o dia 20 do mês subsequente, organizados de acordo com os adiantamentos de fundos recebidos.*

Depois desta Circular e de modo a assegurar a operacionalização da implementação e execução do OIIL foram aprovados diversos instrumentos legais que constam do Manual sobre a execução do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local Orientações Metodológicas (2009:7-9) a destacar as seguintes:

O ofício n.º 37/GM/MF/06 de 11 de Abril de 2006 dirigido a todas as Direcções provinciais do Plano e Finanças apresenta esclarecimentos para a execução do OIIL, assim como procede o envio do modelo de requisições de fundos.

O Ofício nº 101/GM/MF/2006 de 12 de Maio de 2006, enviado a todos os Governadores Provinciais procede o envio das orientações metodológicas para a execução de fundos para as despesas de investimentos de iniciativa local onde constam os procedimentos prévios gerais que assegurem o efectivo desembolso, o tipo de projectos elegíveis para financiamento.

A Circular nº 002/MPD/GM/2007 de 28 de Novembro de 2007, envia os modelos para a recolha de informação sobre a execução física e financeira do OILL:

O Diploma Ministerial de Novembro de 2008, assinado pelo Ministro da Administração Estatal e o Ministro da Planificação e Desenvolvimento que aprova o Guião sobre a organização e o Funcionamento dos Conselhos Locais. Este guião apresenta os principais conceitos, composição, funcionamento a vários níveis, formas de eleição dos seus membros e os deveres e direitos dos membros.

A Circular nº 002/MPD/GM/2009 de 16 de Abril de 2009, enviada a todos os Governadores Provinciais, procede o envio de instrumentos reguladores do OILL nomeadamente: (i) contrato do empréstimo, (ii) ficha de identificação do projecto, (iii) ficha de análise do projecto, (iv) ficha de acompanhamento do projecto e (v) ficha resumo/progresso dos projectos.

3.5 Transformação do OILL em FDD

No âmbito da consolidação do OILL, e para fazer face a alguns desafios decorrentes dos reembolsos dos valores pelos beneficiários, em finais de 2009, o OILL foi transformado pelo Decreto 90/2009 de 15 de Dezembro, em Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), com personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeiro gerido localmente.

Segundo o Decreto em referência, constituem as atribuições do FDD:

- a) Gerir os recursos postos à sua disposição;
- b) Assegurar a execução e o controlo financeiro das actividades do FDD;

- c) Financiar os projectos e empreendimentos aprovados e garantir o retorno dos recursos;
- d) Financiar acções complementares que asseguram o aumento de produção e da produtividade a nível local.

O FDD passa a ser tutelado pelo Governador provincial que homologa os planos e relatórios de actividades, autoriza a recepção de donativos e a aberturas de contas e realiza inspecções regulares, contudo, a execução do FDD continua da responsabilidade do Conselho Consultivo Distrital. O novo cenário, permite que o FDD possa recorrer aos reembolsos, às subvenções do Estado, donativos e fundos comunitários para dar crédito às pessoas pobres.

O Decreto 90/2009 vai determinar os órgãos do FDD que são constituídos por:

- a) O Conselho do Fundo Distrital cujas atribuições recaem sobre o Conselho Consultivo do Distrito:
- b) O Presidente do Fundo Distrital que é o Presidente do Conselho Consultivo do Distrito que é o Administrador do Distrito e;
- c) A Comissão Técnica de Avaliação dos Projectos.

3.6 Evolução do OILL/FDD 2006-2011

O critério inicial para a atribuição destes recursos aos Distritos, foi a distribuição por igual a todos os Distritos, num valor fixo de 7 milhões de meticais. Segundo MAE (2010) em 2007, foram introduzidos critérios de diferenciação, designadamente (i) o número da população, com um peso ponderado de 35% (ii) o índice de pobreza, com 30% (iii) a extensão do território, com 20% e ainda (iv) factores ligados com a capacidade de colecta de receitas públicas com 15%.

O Gráfico abaixo mostra a variação dos valores atribuídos anualmente de 2006 a 2011, para os Distritos tendo em consideração os critérios de diferenciação adoptados a partir de 2007.

Gráfico 1: Evolução do OIIL 2006-2011



Fonte: MPD: Relatório de Balanço do OIIL, 2006-2011.

O gráfico acima mostra que de 2006 a 2011, o Governo desembolsou para os Distritos um valor de 6 528,68 milhões de meticais sendo que o ano com maior valor foi 2008 com 1 323,00 meticais.

3.7 Elegibilidade dos Projectos para o Financiamento pelo FDD

Nas orientações metodológicas para a execução de Fundos para Despesas de Investimento de iniciativa local, 2006, constantes do Ofício n° 101/GM/MF/2006 datado de 12 de Maio, no subcapítulo sobre as actividades de promoção do desenvolvimento económico local, recomenda-se aos Governos Distritais a considerarem os projectos ligados ao desenvolvimento económico local de impacto no quadro de combate a pobreza.

Recomenda-se ainda a priorização das áreas de produção e comercialização agro-pecuária, pesqueira e florestal, projectos industriais e de comércio de pequenos sistemas de processamento de cereais, turismo, etc.

Ainda de acordo com as orientações metodológicas em termos de procedimentos:

- a) São elegíveis projectos comunitários propostos por associações, grupos sociais organizados e outras formas sociais de base comunitária reconhecidas pelo Governo do Distrito;
- b) Os fundos são aplicados para a aquisição de bens de capital a serem usados como meios para a promoção das actividades económicas das comunidades;
- c) Os fundos não são aplicados para o pagamento de salários e outros custos correntes;
- d) Cabe ao Governo do Distrito ouvidos os Conselhos Consultivos Locais, seleccionar os projectos de implementação imediata.

Face aos constrangimentos¹⁰ verificados na interpretação das orientações metodológicas, confirmadas por alguns Administradores que assumiram que o orçamento alocado em 2006, foi usado em grande parte para a reabilitação de infra-estruturas, durante o Conselho de Ministros Alargados aos Governadores e Administradores Distritais que decorreu em Agosto de 2006, em Maputo, o Presidente da República, esclareceu sobre o uso deste fundo tendo identificado três áreas fundamentais: (i) criação de emprego; (ii) a geração de rendimentos e (iii) produção de alimentos.

Neste Conselho de Ministros alargados, o Presidente da República esclareceu também que os fundos deviam ser atribuídos aos beneficiários em dinheiro e não em espécie e se tratava de um empréstimo para a população que tem neste fundo a sua única alternativa para gerar comida, emprego e renda, contribuindo assim no combate a pobreza.

A partir deste momento, os Governos Distritais passaram a ter como critérios para a elegibilidade dos projectos, a sua ligação à produção de comida, geração de rendimentos e a criação de emprego.

Segundo Zaqueu (2015) a partir de 2007 os projectos assim como os seus proponentes para a sua elegibilidade devia reunir os seguintes requisitos: no que se refere ao

¹⁰ Sande apresenta como um dos constrangimentos na interpretação destas orientações metodológicas ou por outras terem criado confusão no uso do OILL no ano de 2006 pelo facto de ter orientados que este fundo podia ser aplicado para (i) infra estruturas sócio-económicas “*de interesse publico cuja intervenção pode ter em grande medida ter resposta ao nível local privilegiando se o envolvimento de empreiteiros e artesãos locais*”, (ii) actividades de promoção de desenvolvimento local de impacto no combate a pobreza.

indivíduo/candidato este deve ser residente no território onde pretende implantar o projecto no mínimo 2 anos confirmados pelas autoridades locais, deve ter a nacionalidade moçambicana com uma idade não inferior a 18 anos e superior a 65 anos.

Para os candidatos associados (associações) devem estar registados legalmente, com 75% dos membros residindo no território onde vai se implantar o projecto credenciados pelas autoridades locais. No caso de existência de estrangeiros, o número não deve estar acima de 5%. No que se refere a elegibilidade do Projecto, este é avaliado tendo em consideração o seu impacto e viabilidade, postos de emprego a serem gerados.

A tabela 4, mostra de forma exemplificativa a natureza dos projectos elegíveis nas categorias de geração de emprego e produção de comida e a tabela 5, refere-se as iniciativas não elegíveis.

Tabela 4: Projectos Elegíveis

Geração de Emprego	Produção de comida
Carpintaria (Kits para marceneiros e serração da madeira)	Insumos
Serralharia (Kits para ferreiros e latoeiros)	Equipamento agrícola (junta de bois, enxadas, catanas, carroças, etc)
Pequenas oficinas de reparação e manutenção (bicicletas, motores, bombas de água, maquinas e equipamentos agrícolas)	Construção de pequenas/médios silos para armazenamento de produtos agrícolas
Pequenas pedreiras e exploração mineira artesanal (Kits de ferramentas e instrumentos de trabalho)	Criação de viveiros para a produção de mudas e frutas
Pequenos estaleiros (Kits para fabrico e aproveitamento de materiais de construção civil)	Tecnologia localmente apropriada e de baixo custo para o processamento e conservação de produtos agrícolas
Pesca (captura de pescado, processamento, conservação, comercialização e escoamento)	Produção de fruteiras, construção de represas, piscicultura e aquacultura
Criação de Gado bovino e animais de pequena espécie	Floricultura (insumos)

Fonte: Zaqueu (2015)

Tabela 5: Projectos não elegíveis

Produção de bebidas alcoólicas
Bolsas de Estudo
Construção de Infra Estruturas Sociais (Postos de Saúde, Escolas, Residências e Estradas
Reuniões, Seminários e Workshops
Aquisição de mobiliário
Aquisição de livros, materiais informativos e de informática
Aquisição de vestuário para o uso de beneficiário, fardamentos e outros afins
Aquisição de meios circulantes (viaturas, motos, ect...)

Fonte: Zaqueu (2015)

O processo de avaliação dos candidatos e dos projectos é da responsabilidade de uma estrutura funcional constituída pelos membros dos conselhos consultivos a vários níveis dos órgãos locais do Estado até ao escalão do Distrito assessorados pela Comissão Técnica do FDD.

O ciclo de selecção e acompanhamento dos projectos obedecem a um processo composto por uma série etapas nomeadamente:

- i) Determinação dos limites do FDD para os distritos pela Tesouraria Nacional e o Ministério de Planificação e Desenvolvimento,
- ii) Homologação dos planos anuais distritais pelo governador provincial;
- iii) Definição das áreas prioritárias dos distritos e divulgação da existência dos FDD;
- iv) Submissão das propostas de projectos ao CCL pelos proponentes;
- v) Apreciação e selecção das propostas de projectos pelo CCL e em seguida pelo CCA;
- vi) Avaliação técnica das propostas de projectos pela comissão técnica da secretaria distrital – repartição de planificação e desenvolvimento local, submetidas pelo CCA;
- vii) Submissão do parecer técnico das propostas de projectos ao CCD para apreciação e aprovação, pela comissão técnica da secretaria distrital;
- viii) Apreciação e aprovação/reprovação das propostas de projectos a financiar;
- ix) Divulgação da lista de projectos aprovados/reprovados aos CCA e CCL pela comissão técnica da secretaria distrital;

- x) Comunicação dos projectos aprovados aos beneficiários/mutuários pelos CCA e CCL;
- xi) Celebração dos contratos e recepção dos fundos;
- xii) Monitoria da execução do projecto pela comissão técnica, CCL, CCA e CCD; e
- xiii) Reembolso dos FDD pelos mutuários/beneficiários

3.8 Estrutura Funcional e O papel dos Conselhos Consultivos

A Lei 08/2003 de 19 de Maio, estabelece os princípios e normas de organização e funcionamento dos órgãos locais do Estado nos escalões de Província, Distrito, Posto Administrativo, Localidade e Povoado tendo em vista descongestionar o escalão central e aproximar os serviços públicos para a população e garantir a celeridade e adequação das decisões para a realidade local (MAE/MADER/MPF, 2003).

A tabela 6, mostra de forma resumida a organização e funcionamento dos órgãos locais do Estado.

Tabela 6: Órgãos Locais do Estado e Conselhos Locais

Unidade Territorial	Órgãos Locais do Estado	Designação dos Conselhos	
		De acordo com o Guião	De acordo com LOLE
Província	Governo Provincial	Nenhum [®]	Nenhum
Distrito	Governo Distrital	Conselho Consultivo do Distrito (CCD)	Conselho Consultivo do Distrito (CCD)
Posto Administrativo	Administração do Posto Administrativo	Conselho Consultivo do Posto Administrativo	Conselho Consultivo do Posto Administrativo (CCPA)
Localidade	Administração da Localidade	Conselho Consultivo da Localidade (CCL)	Conselho Consultivo da Localidade (CCL)
Povoação		Conselho Consultivo de Povoação (CCP) e Foruns Locais	Conselho Consultivo de Povoação (CCP) e Foruns Locais

Fonte: Lei 08/2003 e Decreto 11/2005; MAE e MPD, 2008.

[®] Desde 2008 as províncias passaram a ter as Assembleias Provinciais eleitas no âmbito do regime eleitoral e tem a função de fiscalizar a governação provincial

A Lei 08/2003 de 19 de Maio, conjugada com o Decreto 11/2005 de 10 de Junho reforçada pelo Guião sobre a Organização e o Funcionamento dos Conselhos Locais através do Diploma Ministerial conjunto dos Ministros da Administração Estatal e da Planificação e Desenvolvimento, abre um espaço sem precedentes para a participação comunitária, consubstanciada pelos Conselhos Consultivos Locais, na identificação e resolução de problemas ao nível local.

Para Vala (2009), os Conselhos Consultivos Locais, são fóruns de consulta híbridos constituídos por representantes do Estado e da Sociedade Civil que tratam de assuntos de desenvolvimento local (ao nível distrital, de posto administrativo, de localidade e de comunidade). Acrescenta ainda que os CCLs envolvem os actores sociais locais nos processos de discussão, elaboração e controle de políticas, garantindo a expressão dos interesses e demandas daqueles grupos sociais tradicionalmente excluídos.

Constituem espaços privilegiados para a participação e consulta, satisfazendo a perspectiva segundo a qual respostas adequadas aos sistemas sócio económicos e políticos do nível distrital a comunidade devem considerar ao máximo a realidade local, tendo sempre como referencia as potencialidades, os constrangimentos, os sistemas de produção, a cultura, as instituições e a lógica política, os saberes e as soluções adoptadas ao nível local (Vala, 2009)

Embora o Governo tenha introduzido formalmente os CCLs em 2003, com a introdução da LOLE, segundo Vala (2009), Forquinha e Orre (2011), os CCLs passaram a funcionar efectivamente a partir de 2006, num processo muito ligado ao OIIL.

Deste modo, quando em 2006 foram alocados recursos do orçamento de investimento de iniciativa local, o Conselho Consultivo Distrital passou a constituir o palco privilegiado para este exercício em termos da orientação da sua alocação e a Secretaria Distrital passaria para a gestão orçamental com colaboração próxima dos Serviços Distritais de Actividades Económicas, isto em função da orientação dada a estes recursos como ver-se-á mais adiante.

Os Conselhos Consultivos Locais ultrapassam a dimensão participativa aliada aos assim chamados “sete milhões”. É nos Conselhos Consultivos onde se processa a aglutinação da maior parte dos interesses das comunidades a nível local; é a partir deste órgão que se processa a articulação de vontades das comunidades locais e os interesses do Estado assegurando, assim, a legitimidade do exercício do desenvolvimento local participativo e sustentável.

Concretamente o Conselho Consultivo Local cumpre, entre outras, as seguintes funções¹¹ no âmbito da implementação do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local:

- ✓ Divulgar, em coordenação com as autoridades distritais, a existência do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local;
- ✓ Anunciar o limite orçamental alocado para cada Posto Administrativo e as prioridades definidas para a produção de mais comida e criação de mais postos de trabalho;
- ✓ Participar no processo de priorização dos projectos com impacto a nível local;
- ✓ Decidir de forma transparente, com base numa avaliação genérica e analisar a idoneidade dos beneficiários deste financiamento;
- ✓ Fazer a monitoria participativa dos processos de utilização dos fundos de modo a que os recursos sejam aplicados para projectos para os quais são concedidos;
- ✓ Apreciar e aprovar o relatório da execução global do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local.

¹¹O detalhe de funções/tarefas consta no Guião sobre a Organização e o Funcionamento dos Conselhos Locais aprovado no dia 30 de Novembro de 2008 por Despacho Ministerial Conjunto dos Ministros da Administração Estatal e da Planificação e Desenvolvimento.

Com a aprovação do Decreto 90/2009¹², que cria o FDD, os Conselhos Consultivos passaram a ter responsabilidades adicionais na execução deste fundo tais como:

- a) Aprovar o programa anual das actividades e o respectivo orçamento;
- b) Apreciar e aprovar os projectos a financiar submetidos pela comissão de avaliação e gestão de projectos;
- c) Acompanhar e monitorar a implementação dos projectos financiados;
- d) Aprovar o plano dos reembolsos de acordo com o modelo emitido pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento e das Finanças;
- e) Emitir instruções e orientações para dinamizar as actividades do FDD;
- f) Apreciar o balanço do exercício económico e financeiro anual nos termos de prazos fixados;
- g) Assegurar a angariação dos recursos destinados ao FDD e garantir a recuperação dos financiamentos concedidos;
- h) Aprovar o relatório de contas do FDD e submete-lo ao Ministério das Finanças e do Tribunal Administrativo após a verificação pela tutela;
- i) Assegurar o cumprimento das normas de funcionamento e procedimentos administrativos e financeiros;
- j) Exercer os demais actos nos termos da legislação vigente.

Alguns analistas da composição e funcionamento dos conselhos consultivos locais têm mostrado muitas reservas quanto a sua representatividade e participação. No que diz respeito a representatividade, a LOLE e o respectivo regulamento, de forma explícita sublinham que:

... Integram os conselhos locais, as autoridades comunitárias, os representantes de grupos de interesse de natureza económica, social e cultural escolhidos pelos conselhos locais ou foruns de escalão inferior em proporção da população de cada escalão territorial... o dirigente de cada órgão local pode convidar personalidades influentes da sociedade civil a integrar o conselho local, de forma a assegurar a representação dos diversos actores e sectores (Decreto 11/2005)

¹² O Decreto 90/2009 cria o Fundo do Desenvolvimento do Distrito e o artigo 4 diz que são transferidos todos os valores reembolsados ou por reembolsar pelos beneficiários dos projectos financiados no âmbito do OIIL para o FDD.

Esta ideia segundo Forquilha e Orre (2012) é também frisada no guião sobre organização e funcionamento dos Conselhos Locais nos termos em que refere que, “os membros dos Conselhos Locais representam os vários segmentos da população quer numa base geográfica das varias localidades, quer numa base social dos vários grupos populacionais e de interesse” (MAE/MPD, 2008).

A análise feita por Forquilha e Orre (2012), nestes instrumentos normativos demonstra alguma falta de clareza quanto aos mecanismos de selecção, eleição, escolha ou identificação de membros dos CL e como consequência disso tem se notado arbitrariedades e uma grande variedade de práticas de um distrito para o outro deixando uma margem para a influência dos elementos poderosos de cada distrito.

O estudo realizado por estes autores nos distritos de Zavala, Gorongosa e Monapo, fundamenta as arbitrariedades e as variedades praticadas de distrito para distrito onde constataram dois tipos de grupos que compõem os Conselhos Consultivos Distritais. O primeiro grupo maioritariamente composto por membros do Estado (administrador, chefes dos órgãos locais do Estado de escalões inferiores ao Distrito, directores sectoriais da administração, funcionários públicos e autoridades comunitárias. Este grupo constituiu 38% dos membros do CCD em Zavala, 65% em Gorongosa e 29% em Monapo. O Segundo grupo dos restantes membros representando os homens de negócios, grandes agricultores, directores das escolas ente outros. (Forquilha e Orre, 2012).

No tocante a participação efectiva dos membros do CCL em sessões, Matusse (2013) apresenta alguns constrangimentos que afectam o desempenho efectivo destes. Aponta os factores tais como: (i) a falta de meios financeiros ou materiais para a deslocação dos membros dos CCL para as reuniões de deliberação dos FDD aos projectos estando sujeitos a usar seus próprios fundos ou se ausentando na maior parte das vezes, (ii) a falta de consumíveis (água, café, bolachas, almoços, lanches...) nas reuniões tendo em conta que as mesmas duram quase o dia todo, enfraquecendo assim o nível de debates na avaliação dos projectos por parte dos membros dos CCL; (iii) Falta de um incentivo monetário ou

material como forma de motivação, tendo em conta que este trabalho de gestão é acrescido de outras actividades pelas quais inicialmente os técnicos são contratados.

A conjugação destes factores e das deficiências na representatividade abrem espaços para actos de corrupção e de desvio na aplicação dos recursos diminuindo a possibilidade do FDD gerar resultados/impactos a nível local. Tovela (2016) enfatiza que como consequência da fraqueza dos resultados do FDD, muitas das vezes os gestores manipulam os resultados para garantirem os futuros financiamentos.

CAPÍTULO IV. RESULTADOS E IMPACTOS DO OILL 2006-2011.

Neste capítulo trazemos alguns impactos da aplicação do FDD a nível nacional sobretudo, nas componentes da criação de emprego e níveis de reembolsos.

4.1 Impacto Visto pelos Empregos Criados 2006 até 2011

A tabela 7, mostra os dados dos projectos financiados por província e o seu impacto na criação de empregos de 2006 até 2011.

Tabela 7: Projectos Financiados por Província 2006-2011

Província	Número de projectos		Total de projectos	N/de pessoas empregue
	Produção de comida	Geração de rendimentos		
Niassa	2 006	1 454	3 460	16 771
Cabo Delgado	4 142	5 410	9 552	27 509
Nampula	3 756	5 520	9 276	52 975
Zambézia	3 540	4 676	8 216	38 281
Tete	2 052	2 652	4 704	21 644
Manica	3 490	4 123	7 613	15 117
Sofala	4 929	3 999	8 928	28 662
Inhambane	3 262	3 743	7 005	53 309
Gaza	5 383	4 852	10 235	13 747
Maputo provincial	1 567	1 154	2 721	12 968
Maputo Cidade	408	326	734	898
Total	34 535	37 912	72 444	263 821

Fonte: MAE:2011

Tendo em consideração os dados apresentados na tabela 7, no período entre 2006 - 2011, este fundo gerou em todo o país, 263 821 empregos, sendo as províncias de Nampula (52 975), Zambézia (38 281) e Inhambane (35 309) com melhores resultados nesta componente de criação de postos de trabalho (MAE:2011).

Em termos de projectos financiados, as províncias que mais se destacaram são as de Gaza (10 235), Cabo Delgado (9 552) e Nampula (9276). Fazendo uma análise entre o número de projectos financiados e os empregos criados não se nota uma relação directa. A título de exemplo, a província de Gaza lidera a nível nacional, em projectos financiados mas com menor número de empregos criados. Os dados que a província de Gaza apresenta, sugere nos a uma conclusão de que, em média cada projecto gerou um ponto três (1,3) empregos.

A província de Inhambane que está em terceiro lugar em criação de postos de trabalho, posicionando se atrás de Nampula e Zambézia respectivamente, encontra-se em sétimo lugar a nível nacional em termos de projectos financiados. Fazendo a correlação entre os projectos financiados e os empregos criados podemos concluir que em média cada projecto gerou cinco (5) empregos.

Os dados apresentados pelo MAE (2011) na tabela 7, em relação a criação de empregos, constituem desafios no sentido da necessidade da clarificação dos conceitos de emprego criado. As possíveis questões a serem clarificadas seriam as seguintes: Será que o emprego em referência é o beneficiário incluindo o seu agregado familiar? Será que é o somatório dos membros da associação financiada pelo FDD? Será que existe uma relação contratual empregado e empregador?

A clarificação do conceito de emprego criado iria ajudar aos técnicos de monitoria e avaliação a apresentar dados que tenham a mesma base de critérios e análise a nível nacional e facilitaria a compreensão da dimensão real do impacto do OILL na criação de postos de trabalho.

O outro desafio que se apresenta nesta componente da criação de emprego, é a definição das metas e indicadores por Província e por Distrito pois, provavelmente as províncias que apresentam comparativamente os índices mais baixos de postos de emprego teriam já alcançado as metas previamente definidas. As províncias que teriam maiores índices o que significaria o alcance das metas acima das previstas serviriam de exemplo para as outras poderem buscar a experiência.

Deste modo, a falta da definição clara do conceito de emprego no âmbito do OILL, a ausência de indicadores e metas por cada província ou distrito constituem desafios deste processo pois, na ausência destes elementos, e tendo em consideração os dados que a tabela 7 nos apresenta, fica difícil avaliar cientificamente o impacto do OILL na criação do emprego embora existam nos Distritos exemplos concretos de indivíduos que conseguiram criar auto emprego e estejam a empregar outras pessoas.

O outro aspecto, que precisa ser aprofundado nos dados estatísticos presentes em diversos relatórios sobre o emprego gerado por FDD é a forma como eles são apresentados de forma cumulativa de ano para ano. Do estudo feito por Benzane (2009) no Distrito de Marracuene por exemplo, consta que de 2006 a 2008 foram criados 355 sendo 252 ocasionais e 103 sazonais.

Benzane (2009) aponta também outros desafios nestes dados ligados a durabilidade dos empregos gerados pois, segundo ele, muitos são de curta duração que não vão para além dos seis meses. Apresenta como exemplo que em 2006, o Distrito de Marracuene efectuou obras de reabilitação do edifício do Governo do Distrito e a construção de casa do Chefe do Posto de Machubo, tendo criado oportunidades de emprego para cerca de 103 jovens por um período muito curto e que logo após as obras estes jovens voltaram novamente a situação de desempregados e que são apresentados nas estatísticas cumulativas da criação de emprego 2006/2008 no Distrito de Marracuene e não são referenciados os dados sobre os empregos perdidos durante o mesmo.

Os dados apresentados na tabela 7, e os factos apresentados por Benzane (2009), não negligenciam a importância do FDD para a criação de emprego nos Distritos mas sim, sugerem a necessidade de mais um debate académico para o aprofundamento da análise sobre a caracterização dos empregos criados pelo FDD e da sua sustentabilidade perante os objectivos e os resultados esperados pelo Governo com esta iniciativa.

4.2 Impacto Visto pelos Reembolsos 2007 a 2011

Várias vezes o Presidente da República¹³, chama atenção a vários sectores da sociedade moçambicana que questionam o impacto do OILL, tendo em consideração os níveis de reembolsos dos fundos e a continuidade deste processo de transferência de recursos financeiros para os Distritos. Reagindo a estes sectores, o Presidente Guebuza tem falado da necessidade de verificar o impacto para além dos reembolsos mas sim, as mudanças que este fundo está a trazer na estrutura social e económica do meio rural.

Para Guebuza, os sete milhões são também embriões de uma escola de boa governação. Destaca o facto de a partir destes recursos os Conselhos Consultivos e o povo poderem pressionar e influenciar as autoridades administrativas para as boas práticas de prestação de contas.

Esta posição do Presidente, é corroborada também pelo Director da GAPI, Dr António Souto, que confrontado pelos participantes do seminário que decorreu na Presidência da Republica no dia 27 de Janeiro de 2013, no qual foi orador principal, falando sobre os *Desafios do Sistema Financeiro para o Desenvolvimento*, reconheceu a pertinência e as mudanças em curso no meio rural como resultado do OILL, destacando o processo da monetização destas zonas, contudo, sugere que sejam adoptadas outras metodologias para a governação destes recursos.

A tabela 8, mostra os valores executados por cada província e os reembolsos já efectuados em dados numéricos incluindo a percentagem referente aos anos 2007-2009.

Tabela 8: Análise dos reembolsos por Província

Província	Valor executado	Total de reembolso 2007-2009	% reembolso
Niassa	385 739.93	15 595.86	4.04
Cabo Delgado	300 413.90	29 251.53	9.74
Nampula	589 232.97	22 251.53	3.74

¹³ O OILL é uma iniciativa do Presidente da República, Armando Emílio Guebuza.

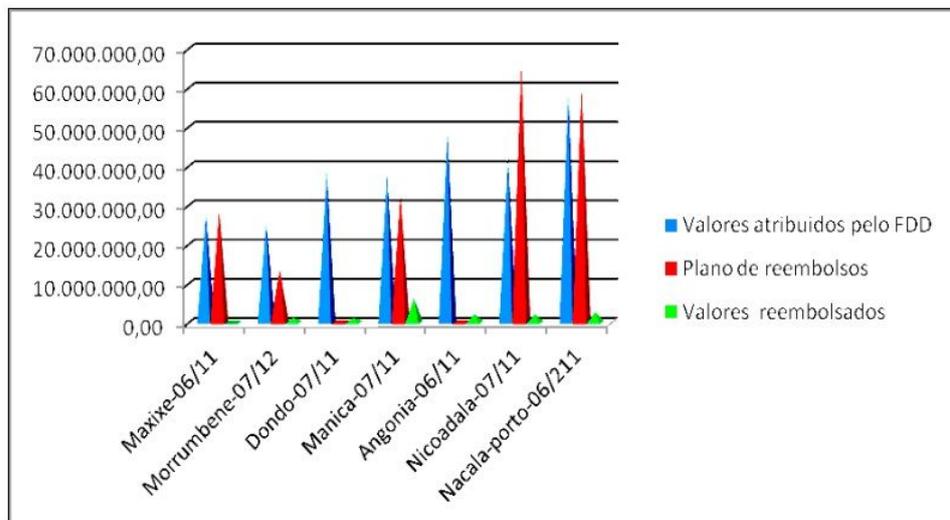
Zambézia	383 788.50	12 569.31	3.28
Tete	198 485.83	11 606.80	5.85
Manica	188 918.39	15 590.81	8.25
Sofala	265 522.70	9 123.60	3.44
Inhambane	349 211.47	13 547.87	3.88
Gaza	325 540.00	12 294.00	3.78
Maputo Província	150 323.92	8 581.43	5.71
Maputo Cidade	219 88.60	1 635.35	7.44
Total	3 159 166.21	151 863.47	4.81

Fonte: MPD: Balanço do OILL 2007-2009

Através da leitura da tabela 8, podemos constatar que a percentagem média de reembolso em todas as províncias é de 4,81 sendo que as províncias de C. Delgado (9,74%), Manica (8,25%), Maputo Cidade (7,44%), Tete (5,85%) e Maputo Província (5,71%) registaram reembolsos acima da média. Contudo, a tabela não nos permite concluir que as províncias que tiveram uma percentagem acima da média signifique o melhor desempenho pois, não se faz a correlação entre o volume do valor investido neste período com o valor reembolsado na mesma proporcionalidade uma vez que algumas províncias receberam valores acima que as outras.

A problemática dos reembolsos dos fundos é também patente no estudo feito pela Zaqueu (2014), onde apresenta a partir do gráfico 3, a situação dos reembolsos nos Distritos de Maxixe, Morrumbene, Dondo, Manica, Angonia, Nicoadala e Nacala-Porto no período de 2006 a 2011, conforme ilustra a gráfico.

Gráfico 2. Reembolsos de 2011 em alguns Distritos de Inhambane, Manica, Zambézia e Nampula



Fonte: Zaqueu (2014)

Zaqueu (2014) apresenta uma situação crítica dos reembolsos e aponta como a razão o facto de, nos primeiros anos não ter havia clareza quanto aos requisitos e condições para o acesso, formas de utilização e de reembolso dos fundos. Devido a esta falta de clareza, os fundos serviram para todo o tipo de despesa e não para a geração de emprego e comida. Nesta sua afirmação, Zaqueu (2014) apresenta como exemplos das despesas custeadas pelo FDD nos Distritos que fez estudo, a construção de casas, despesas funerárias, pagamento de bolsas de estudo para funcionários e outras actividades afins.

O Relatório do CIP (2011) sobre a monitoria do orçamento e rastreio da despesa pública 2011, também faz referência ao pagamento das ajudas de custo e despesas de funcionamento das Secretarias Distritais incluindo a aquisição de meios circulantes com base no FDD.

Reforçando a posição da Zaqueu (2014), CIP (2011), o MAE (2010) assume que os fundos alocados aos Distritos em 2006, apenas 30% foram para produção de comida e criação de empregos e 70% para a reabilitação de infra-estruturas e outras despesas.

CAPÍTULO V: PROJECTOS FINANCIADOS NO DISTRITO DE ZAVALA

Neste capítulo apresentamos informação referente ao Distrito de Zavala e da Localidade de Zandamela, local do nosso estudo.

De 2006 a 2011, o Governo do Distrito de Zavala atribuiu o FDD a projectos ligados a três categorias nomeadamente: (i) Geração de Rendimentos; (ii) Produção de Comida e (iii) Fomento do Pecuário.

5.1 Projectos de Geração de Renda e Emprego

Para esta categoria foram elegíveis projectos ligados a criação de bancas comerciais, carpintaria, estaleiro, pesca e apicultura.

5.2 Projectos de Produção de Comida

Para esta categoria, dependendo das condições agroecológicas são seleccionadas culturas. O Distrito de Zavala seleccionou as culturas de mandioca, batata reno, arroz, amendoim e mudas de citrinos.

5.3 Projectos de Fomento Pecuário

Esta categoria inclui a criação de frangos, suínos e gado bovino.

Para o caso do gado bovino, até 2010, o Governo do Distrito adquiria o gado e distribuía de acordo com os critérios definidos pelas políticas de fomento do gado. Isto significa que a comunidade interessada em criar o gado faz a inscrição e após a aquisição faz a entrega de um par onde o beneficiário compromete-se a fazer a réplica pelos outros beneficiários. Embora o Governo do Distrito seja o líder do processo, as pessoas interessadas, no momento da assinatura do acordo, devem pagar uma taxa num valor que varia entre 3 000,00MT (três mil meticais) a 4 000,00Mt (Quatro Mil Meticais) por duas cabeças dependendo da espécie do animal.

Segundo as fontes do governo do Distrito a partir de 2010, os interessados em criação do gado bovino faziam um projecto que é analisado e aprovado pelo Conselho Consultivo do

Distrito, sendo o proponente responsável pela aquisição e o reembolso em valores monetários.

A tabela 9, mostra as diferentes categorias de projectos e o respectivo período de execução.

Tabela 9: Categorias e período de execução de projectos financiados pelo FDD 2006-2011

Categoria	Item	Período de execução
1. Geração de rendimentos	Todos	12 meses
2. Fomento do Gado	Bovino	36 meses
	Suíno	24 meses
	Frangos	24 meses
3. Produção de comida	Amendoim	18 meses
	Batata reno	24 meses
	Hortícolas	12 meses
	Mandioca	24 meses
	Citrinos	24 meses

Fonte: adaptado pelo autor

De realçar que em todas as categorias de financiamento, os valores variam entre 10 000,00MT (Dez Mil Meticais) e 200 000,00MT (Duzentos Mil Meticais) e a duração da implementação varia entre 12 meses a 36 meses, período acordado para o reembolso do valor.

Para além da distribuição dos projectos por categorias também são agrupados por sector por exemplo: agricultura, comercio, indústria entre outros. A tabela 10, mostra os limites de financiamentos definidos por sector por indivíduo ou grupo de indivíduos (associações).

Tabela 10: Limites de financiamento por sector

Sector	Limite de financiamento (mt)	
	Indivíduos	Associações
Agricultura	Até 200.000	Até 350.000
Pecuária	Até 75.000	Até 350.000
Agro-processamento	Até 200.000	Até 350.000
Pesca e Piscicultura	Até 350.000	Até 350.000

Industria	Até 100.000	Até 200.000
Comercio	Até 100.000	Até 150.000
Serviços	Até 100.000	Até 200.000
Turismo	Até 100.000	Até 130.000

Fonte: adaptado pelo autor

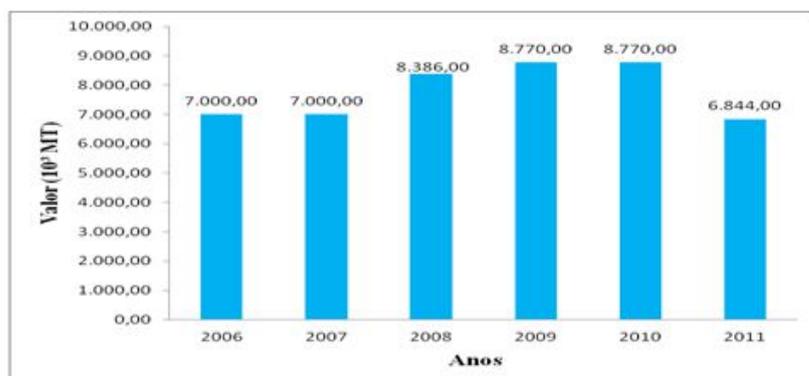
Fazendo a leitura da tabela 10, pode se concluir que o valor máximo que é atribuído ao indivíduo é de 350 000,00MT e para grupo de indivíduos (associação) são 350 000,00MT e o sector da agricultura e pesca é que são elegíveis para estes tectos orçamentais. Esta distribuição orçamental segundo o gestor do FDD no Distrito de Zavala tem a ver com a importância que o governo atribuiu a agricultura e a pesca no desenvolvimento do meio rural ou também o facto de serem actividades que garantem a sobrevivência de muitas famílias no âmbito do combate a fome.

Todos os projectos estão sujeitos a uma taxa de juros que varia entre 3% a 7% por mês, com um período de carência 3 a 24 meses dependendo do tipo de actividade e do prazo de pagamento que vai de 12 a 60 meses (MAE, 2010).

5.4 Evolução de Financiamento do FDD para o Distrito de Zavala 2006-2011

O gráfico 2, mostra a evolução da atribuição do FDD pelo Governo Central ao Governo do Distrito de Zavala desde 2006 a 2011.

Gráfico 3: Evolução do Financiamento ao Distrito de Zavala 2006-2011



Fonte: adaptado pelo autor

n se verificar no gráfico, nos dois primeiros anos o Distrito de Zavala recebeu o mesmo valor sendo que nos anos subsequentes verifica-se a a variação dos valores que ganham novamente estabilidade nos anos 2009 e 2010. O ano 2011, vai conhecer um decrescimo no valor atribuido, pois a partir deste ano os reembolso dos anos anteriores deveriam ser incorporados para financiar outros projectos.

Tabela 11: Valor alocado e número de beneficiários 2006-2011 em Zavala

Ano	Valor alocado	Número de beneficiários
2006	7 000 000,00	-
2007	7 000 000,00	270
2008	8 385 844,30	154
2009	8 769 942,00	366
2010	8 769 942, 00	235
2011	6 844 095, 00	135
Total	46 769 823,3	1 160

Fonte: adaptado pelo autor

A tabela11, mostra que de 2006 a 2011, o Distrito de Zavala recebeu 46.769.823,03 (quarenta e seis milhões setecentos e sessenta e nove mil oitocentos e vinte e três meticais e três centavos) e foram alocados para 1160 (mil e cento e sessenta) beneficiários.

5.5 Impacto do FDD sobre a produção agrícola no Distrito de Zavala

De acordo com MAE (2011), no que tange a produção agrícola, o número das explorações a nível nacional passou de 3 064 716 para 3 827 754 o que fez com que contribuísse para o aumento dos níveis de produção. A área cultivada igualmente registou uma evolução de 4 869 368 para 5 632 787 hectares.

A tabela 12, mostra os níveis de produtividade agrícola no Distrito de Zavala por cultura de 2006 a 2010, estando destacadas as culturas que beneficiaram do financiamento do FDD sobretudo, na localidade de Zandamela.

Tabela 12: Níveis de Produtividade agrícola no Distrito de Zavala 2006-2010

Culturas	Real 2006	Real 2007	Real 2008	Real 2009	Real 2010
Cereais	16 267,00	8 144,50	10 953,65	11 000,00	16044,80
Milho	9 705,00	7 477,90	10 190,17	10 250,00	15164,80
Arroz	6 562,00	666,60	753,48	750	880
Leguminosas	10 214,49	8417,50	13407,31	14516,17	17937,70
Feijões	6 268,89	3676,60	2185,37	2527,20	2769,70
Amendoim	3 945,60	4740,90	11221,94	11988,97	15168,00
Tubérculos	75 841,50	134155,20	160359,54	184176,00	206320,00
Mandioca	75 841,50	134 155,20	160 336,86	184 176,00	205 140,00
Batata Reno	S/I	S/I	22,68	S/I	650,00
Batata doce	S/I	S/I	S/I	S/I	530,00
Outras Culturas	3454,50	1427,00	1021,00	1436,00	6090,00
Hortícolas	3 454,50	1 427,00	1 021,00	1436,00	6090,00
Total	105 777,49	152 144,20	185 741,50	211 128,17	246 392,50

Fonte: SDAE, Zavala. Informe sobre actividade agrícola 2011.

Fazendo a leitura da tabela acima pode-se constatar que, de uma forma geral houve aumento em todas as culturas no Distrito de Zavala em percentagens diferentes dependendo de cultura para cultura com a excepção de hortícolas que verifica-se uma tendência decrescente e de forma gradual.

As linhas destacadas correspondem as culturas cujos beneficiários integram projectos financiados na Localidade de Zandamela.

Embora tenha-se verificado este aumento substancial, o grande desafio que se coloca é o de correlacionar o aumento da produtividade com as expectativas e metas definidas pelo Distrito, isto é, verificar se o planificado para aquele ano ou campanha agrícola foi realizado e em que percentagem.

O outro desafio é de obter dados que permitam correlacionar o volume do valor investido nos projectos e os resultados alcançados em termos de produtividade agrícola. Esses dados permitiriam fazer a leitura sobre o investimento aplicado versus rendimentos obtidos.

5.6 Impacto sobre o reembolso no Distrito de Zavala

A tabela 13 abaixo, mostra os níveis de reembolso efectuados pelos beneficiários do FDD no Distrito de Zavala, por cada localidade e por ano, desde 2007 até 2011. O ano 2006, não foi contemplado pois, conforme fizemos referência nos capítulos anteriores, neste ano não havia ainda sido definidos o mecanismos para o reembolso só a partir de 2007, é que o governo central estabeleceu as directrizes para a execução do FDD.

Tabela 13: Reembolsos efectuados no Distrito de Zavala por Localidade 2007-2011

LOCALIDADE	2007	2008	2009	2010	2011	2007-2011
QUISSICO	30,726.80	549,572.00	941,203.00	198,442.00	85,573.25	1,805,517.05
MUANE	269,207.84	532,154.28	426,856.50	199,050.00	62,408.06	1,489,676.68
ZANDAMELA	78,672.16	40,000.00	10,791.00	245,545.00	116,809.88	491,818.04
MACULUVA	32,422.40	51,000.00	69,649.80	35,800.00	0.00	188,872.20
GERAL	411,029.20	1,172,726.28	1,450,509.30	678,837.00	266,802.19	3,979,903.97

Fonte: adaptado pelo autor

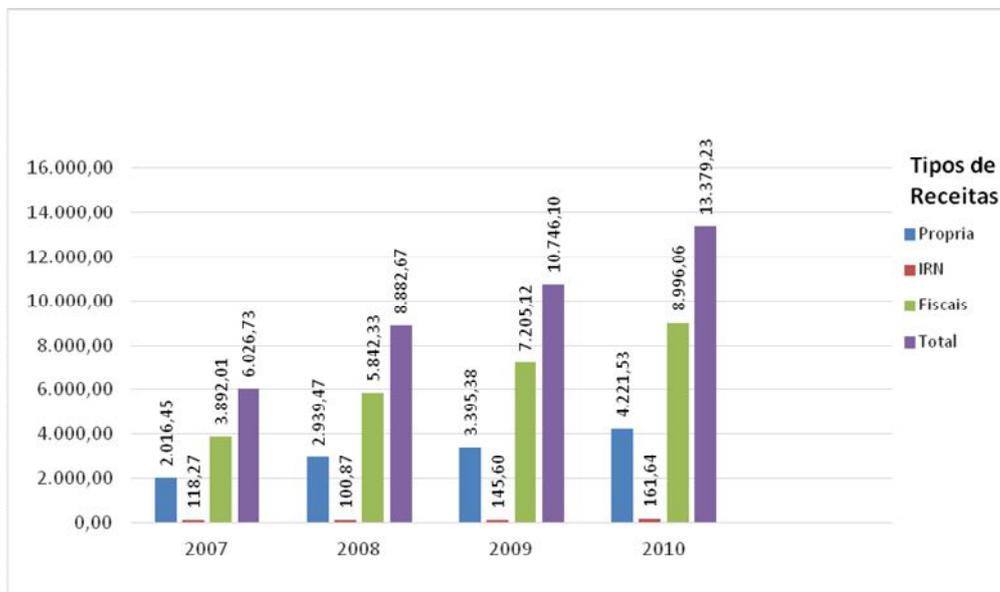
Como pode se observar na tabela 9, os níveis de reembolso encontram-se muito abaixo tendo uma percentagem de 8.5% do valor total de 46.770.000,00MT, atribuído ao Distrito de Zavala no período em análise. A localidade de Zandamela, que constitui o centro do nosso estudo contribuiu no nível dos reembolsos com 491.818.04mt. o ano de 2009 representa o nível mais baixo para a localidade de Zandamela em termos de reembolso contrariando a tendência global onde este ano representa níveis mais elevados de reembolsos comparando com os restantes anos.

5.7 Impacto do FDD sobre as receitas do Distrito

Neste subcapítulo pretende demonstrar até que ponto o FDD tem o seu impacto sobre as receitas do Distrito, tendo em consideração que os beneficiários destes fundos não estão isentos de pagamento de impostos resultante da actividade que estão a desenvolver.

De 2007 a 2010, o Distrito de Zavala colectou 39 034,69MT, dos quais 25 935,50 provém das receitas fiscais, 12 572,83 de receitas próprias e 526,37 do imposto de reconstrução Nacional.

Gráfico 3: Evolução das receitas no Distrito de Zavala (2007-2010)



Fonte: adaptado pelo autor: 2011

As receitas próprias são provenientes das taxas cobradas nas bancas, licenças de trânsito de animais, exploração florestal, licenças de construção e taxas de Direitos e Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT).

Observando o gráfico, pode-se constatar que as receitas próprias tem uma tendência crescente desde o ano de 2007 e até 2010 e mostra uma subida na ordem de 109% passando dos 2 016,45MT para 4 221,53MT. Segundo o Secretário Permanente do Distrito esta variação positiva é influenciada pelas actividades económicas resultantes algumas do financiamento do FDD, pois alguns beneficiários estão a desenvolver a actividade

comercial (venda de produtos alimentícios) e o Governo do Distrito tem feito cobranças de impostos.

O outro aspecto que o gráfico realça é a fraca contribuição nas receitas do Distrito do Imposto de Reconstrução Nacional (IRN) que segundo o PEDD (2011) é motivado pela fraca disseminação da política fiscal por forma a consciencializar a população a aderir ao pagamento do IRN.

5.8 Projectos Financiados na Localidade de Zandamela 2007/2011

Conforme fizemos referência nos capítulos anteriores que o nosso estudo tem como a base a localidade de Zandamela, a tabela 14, mostra os diferentes projectos financiados pelo FDD nesta localidade.

Tabela 14: Projectos financiados na Localidade de Zandamela 2007-2008.

Nome do Projecto	Num/Proj.	Num/Benf	Indivíduos			Valor (MT)
			H	M	T	
Mandioca 1	1	1	1	0	1	31 047,00
Citrino 1	1			0		50 000,00
Mandioca 2	1	1	1	0	1	30 500,00
Hortícolas	1	1	0	1	1	5 000,00
Alho	1		0			15 000,00
Batata Reno	1	1	1	0	1	12 000,00
Frango	1	1	1	0	1	200 000,00
Citrino 2	1			0		64 000,00
Citrios 3	1	1	1	0	1	60 000,00
Suíno	1	1	1	0	1	130 000,00
Rega	1	1	1	0	1	10 000,00
Total	11	8	7	1	8	607 547,00

Fonte: adaptado pelo autor com base nas informações do Governo do Distrito

A tabela 14, mostra especificamente os projectos financiados na localidade de Zandamela a título individual, e faz também a distinção em termos de género e os valores atribuídos a cada projecto. Desta forma podemos constatar que na localidade de Zandamela de 2007 a 2008, anos que focamos o nosso estudo, foram financiados 11 projectos a beneficiar 8 indivíduos dos quais uma mulher e os restantes homens.

A tabela não traz informação sobre os beneficiários colectivos que constam dos registos do distrito. Os dados colhidos no distrito indicam ter se financiado três associações com cerca de 67 membros e também no âmbito do fomento do gado bovino foram beneficiados 71 indivíduos na localidade de Zandamela.

Em termos de valores monetários consta da tabela 14, que no total para os projectos individuais, foi alocado um valor de 607 547,00MT (Seiscentos e Sete Mil Quinhentos e quarenta e sete meticais) dos quais maior percentagem foi para projectos ligados a pecuária concretamente, a criação de frangos e suínos que ambos totalizam 54% de todo o financiamento. A razão destes valores segundo o director do Serviço Distrital das Actividades Económicas, deve-se ao facto de precisarem de fazer investimentos em infra estruturas contrariamente aos outros que investem apenas em aquisição de insumos.

5.9 Análise da Experiência dos Beneficiários e Ponto de Situação do Projecto

Neste tema procuramos relacionar a experiência dos beneficiários na actividade do projecto e o ponto de situação do mesmo. O objectivo é compreender a influência da experiência no sucesso ou fracasso do projecto, assim como a motivação para o desenvolvimento da actividade. Embora o nosso período de estudo seja 2006-2011, para aferir o ponto de situação do projecto e dos reembolsos tivemos como referência o ano 2013, altura da colecta de dados no campo. A tabela 15, fornece nos dados que nos permitem fazer esta análise.

Tabela 15: Ponto de Situação dos projectos individuais e nível de reembolso

Beneficiário do Projecto	Ano Financiamento	Categoria	Desenvolve o proj. antes	Situação actual	Reembolso
Citrinos 1	2007	Rendimentos	Sim	Estacionário	25%
Mandioca 1	2007	Fome	Sim	Funcionamento	45%
Citrinos 2	2007	Rendimentos	Sim	Estacionário	10%
Mandioca 2	2007	fome	Sim	Paralisado	100%
Hortícolas	2008	Fome	Sim	Funcional	100%
Batata Reno	2008	Fome	Não	Paralisado	0
Citrinos 3	2008	Rendimentos	Sim	Estacionário	10%
Rega	2008	Alimentos	Não	Paralisado	0
Alho	2008	Rendimentos	Sim	Funcional	100%
Frangos	2008	Rendimentos	Sim	Crítico	0
Suínos	2008	Rendimentos	Não	Crítico	0

Fonte: adaptado pelo autor

Funcional – significa que está em pleno funcionamento e com boas perspectivas

Estacionário – significa que ainda está em execução e pela sua natureza ainda não fornece indicadores para o seu desempenho

Crítico – significa que precisa de maior atenção para a sua recuperação

Paralisado – significa que o projecto já não está sendo implementado

Fazendo a leitura da tabela acima podemos fazer três ilações nomeadamente: (i) a funcionalidade do projecto com a experiência do beneficiário na actividade; (ii) o estado do projecto e (iii) os níveis de reembolso.

Da análise referente a experiência pode constatar que dos onze projectos financiados, oito beneficiários tinham experiência na actividade que receberam o financiamento. Entretanto, mesmo com o impulso do financiamento apenas três projectos continuam em pleno funcionamento (27%) , três pela sua natureza (citrinos) ainda na fase estacionária (27%), três paralisados (27%) e dois em estado crítico (19%).

Os proponentes dos projectos paralisados apontam várias razões dentre as quais; (i) a seca que abalou o distrito, (ii) a insuficiência de fundos alocados tendo em consideração que não foram dados na totalidade para custear todas as despesas do Projecto, (iii) alocação tardia dos

fundos o que não coincidiu com o momento apropriado para o arranque do projecto, e a (iv) a falta do apoio técnico. Dos projectos críticos por sinal todos ligados a pecuária apresentam ainda como factor para a situação actual, a epidemia que afectou a sua criação.

Deste modo, podemos constatar que embora alguns beneficiários tenham afirmado que a sua experiência na actividade ajudou na implementação do projecto, foram afectados por outros factores que determinaram o ponto de situação em que os seus projectos se encontram, onde apenas 27% é que apresenta resultados satisfatórios.

O factor que de forma recorrente foi apontado pelos beneficiários como tendo influenciado negativamente nos projectos é o relativo a insuficiência de fundos para custear todas as despesas do projecto. O extracto da conversa abaixo sustenta a influência deste factor no desenvolvimento dos projectos.

“Eu quando me apercebi que o valor atribuído não era suficiente tive que recorrer aos animais (suínos) que me ajudaram a complementar o valor inclusive para iniciar o processo da devolução do valor ao governo facto que consegui ter confiança e me deram mais dinheiro para o meu segundo projecto e agora estou a preparar o terceiro para solicitar o financiamento...”

Francina, Maio 2013

O depoimento deste beneficiário embora para o caso concreto tenha encontrado alternativa para superar o défice, demonstra a necessidade de uma reflexão em relação as modalidades de financiamento aos projectos, pois, o não financiamento do projecto na totalidade pode determinar o seu fracasso. De acordo com o Secretário Permanente do Distrito, esta situação esta ultrapassada, pois, em 2010, houve uma orientação do Conselho Consultivo do Distrito no sentido de se financiar na totalidade todos os projectos mas que reconhece que no início a perspectiva era abranger maior número de candidatos o que fazia com que alguns projectos não fossem financiados na totalidade mas agora a situação mudou.

Os aspectos relatados pelos beneficiários reflectem de um modo geral, as limitações que se verificam na gestão do FDD pois, os candidatos não têm tido a assistência técnica na elaboração dos seus projectos, assim como na implementação dos seleccionados e financiados.

Em relação a análise sobre os reembolsos a tabela mostra que até 2013, altura da recolha dos dados, dos onze projectos apenas 3 tinham reembolsado na totalidade, 4 reembolsaram parcialmente e 4 que ainda não tinham iniciado com os reembolsos e encontram-se fora do período considerado para iniciar a efectuar. Dos três beneficiários que reembolsaram na totalidade, a tabela mostra que um deles, o seu projecto encontra-se paralisado. Depois de ter se apercebido das dificuldades no seu projecto inicial, mudou da actividade passando a desenvolver o comércio o que lhe possibilitou obter rendimentos para efectuar o reembolso.

Alguns beneficiários justificam o não reembolso ao facto de não ter havido clareza no início. Por exemplo, o beneficiário do projecto de rega afirma não ter sido da sua iniciativa a solicitação do fundo mas das estruturas do governo do distrito e da província que visitaram a sua machamba e ao ver o trabalho que estava a fazer prometeram dar apoio para aumentar a capacidade de produção.

“...Eu não sinto estar a dever porque eles é que trouxeram todo o equipamento para me ajudar mas que infelizmente não chegou a funcionar porque os próprios técnicos que vieram demonstraram que não tinham domínio por isso não chegou a funcionar ...”, na altura que vieram não me disseram que estavam a me emprestar dinheiro por isso não tenho dívida...”

Alberto Manjate, Maio de 2013

O depoimento do Sr Alberto contrasta com os dados disponíveis no governo do Distrito que consta como um devedor e sem reembolsar o valor. Esta situação pode estar aliada a falta de esclarecimento prévio aos potenciais candidatos ou beneficiários do FDD.

Com a excepção deste beneficiário os restantes confirmam ter a noção de que os valores alocados aos seus projectos devem ser reembolsados de modo a beneficiar os outros, mas apontam as dificuldades que estão a enfrentar pelo facto dos projectos não estarem a produzir conforme o previsto por isso enfrentam dificuldades em proceder com os reembolsos.

“ ... Eu estou consciente de que devo devolver o dinheiro, eu pedi para a produção de mandioca e citrinos, os dois projectos estão a enfrentar enormes dificuldades em parte devido a seca, neste preciso momento tenho gado para vender para poder devolver o

dinheiro. Se o governo do distrito no âmbito do fomento do Gado Bovino aceitasse estaria disposto a entregar as minhas cabeças de gado para pagar esta dívida...”

Custódio Pitula, Maio 2013.

Este depoimento mostra o nível de consciência deste beneficiário em relação ao compromisso que assumiu com o Governo do Distrito daí que coloca a disposição outras fontes alternativas para poder honrar com a sua promessa.

A outra análise que podemos fazer da tabela 15, é em relação aos projectos dos citrinos que todos encontram-se em estado estacionário pois, ainda não estão dentro do ciclo de produção, e o seu impacto do ponto de vista de produtividade poderá ser avaliado quando começarem a produzir frutos, contudo, verificamos que alguns proponentes destes projectos precisam de dar alguma atenção especial para não comprometer a sua produção.

CAPÍTULO VI. RESULTADOS DO ESTUDO

Neste capítulo procuramos responder as questões que guiaram o nosso estudo, onde a partir das constatações verificadas durante a análise dos dados quer na leitura bibliográfica quer na observação no trabalho de campo, estabelecemos uma relação entre as transformações sócio económicas em curso no Distrito de Zavala com a atribuição do FDD.

6.1 Impacto do FDD nas Transformações Sócio Económicas no Distrito de Zavala

Conforme nos referimos nos capítulos anteriores, o Distrito de Zavala, de 2006 a 2011, recebeu um valor de 46. 769. 823,00 (quarenta e seis milhões setecentos e sessenta e nove mil e oitocentos e vinte e três meticais) que foi atribuído a 1.160 beneficiários.

Para analisarmos o impacto do FDD sobre as transformações em curso no Distrito teremos em consideração as variáveis/indicadores que estabelecemos como padrão de transformações sociais e económicas. As tabelas 16 e 17 nos permitem analisar a situação das variáveis em análise antes e depois do financiamento.

A correlação das duas tabelas nos ajuda a perceber as transformações sociais e económicas que podem ter ocorrido e a sua relação com o financiamento do FDD. Embora as transformações sociais e económicas estejam ligados as famílias beneficiárias por uma questão de ética e a necessidade de preservar a privacidade das famílias, apresentamos os beneficiários pelos nomes dos projectos.

A tabela número 16 mostra o ponto de situação dos beneficiários antes do financiamento enquanto a tabela número 17 mostra o ponto de situação após o financiamento pelo FDD.

Tabela 16: Análise das variáveis de estudo antes do financiamento

Beneficiário do Projecto	Habitação	Acesso educação	Acesso a saúde	Refeições/dia	Acesso água	Produtividade
Citrinos 1	Boa	Sim	Normal	Normal	Bom	Normal

Mandioca1						
Citrinos 2	Normal	Normal	Normal	Normal	Bom	Normal
Mandioca 2	Boa	Sim	Normal	Normal	Normal	Normal
Hortícolas	Boa	Boa	Bom	Boa	Bom	Normal
Alho						Normal
Batata Reno	Boa	Boa	Bom	Boa	Bom	N/A®
Rega	Boa	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal
Citrinos 3	Normal	Bom	Bom	Bom	Normal	Normal
Frangos						N/A®
Suínos	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	N/A®

Fonte: Elaborado pelo autor na base dos dados de entrevista.

® N/A – significa **Não Aplicável** pois, o beneficiário começou a desenvolver a actividade com o financiamento do FDD

Tabela 17: Análise das variáveis de estudo depois do financiamento

Beneficiário do Projecto	Habitação	Acesso educação	Acesso a saúde	Refeições/dia	Acesso água	Produtividade
Citrinos 1	Boa	Sim	Normal	Normal	Sim	Normal
Mandioca 1						BOA
Citrinos 2	Normal	Normal	Normal	Normal	Boa	Normal
Mandioca 2	Boa	Sim	Normal	Boa	Bom	BOA
Hortícolas	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	BOA
Alho						BOA
Batata Reno	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Normal
Rega	Boa	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal
Citrinos 3	Normal	Bom	Bom	Bom	Bom	Normal
Frangos						Crítico
Suínos	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	Crítico

Fonte: adaptado pelo autor na base das informações dos beneficiários.

Bom/Boa – significa que o projecto ou beneficiários está a ter os resultados desejados.

Normal – significa que o projecto ou beneficiário está a ter resultados encorajadores

Crítico – significa que o projecto ou beneficiário não está a registar resultados e precisa de apoio urgente.

Conforme nos referimos anteriormente, as tabelas 16 e 17, ilustram a situação dos beneficiários em relação as variáveis em estudo. Na localidade de Zandamela embora

tenham sido financiados 11 projectos, na prática os beneficiários são 8 tendo em consideração que três beneficiários foram financiados dois projectos.

Para a análise das variáveis que incidem directamente sobre o beneficiário, tomamos em consideração os oito beneficiários.

Neste contexto, fazendo a leitura da tabela 16 e 17 para avaliar o comportamento das variáveis antes e depois podemos constatar que a variável que teve alguma influência do financiamento do FDD é a referente a produtividade. Contudo, embora teoricamente tenham aumentado os níveis de produtividade, na prática o desafio continua sendo das metas que possam garantir a viabilidade económica e financeira do projecto pois, os mesmos beneficiários demonstram dificuldades em efectuar os reembolsos através dos rendimentos do projecto e outros recorrem a outros recursos para poder reembolsar o valor.

O aumento dos níveis de produtividade relatados pelos beneficiários embora sem apresentar os dados numéricos devido a falta de conhecimento, vão também de encontro com os dados apresentados na tabela 12 que mostra os dados estatísticos do distrito de Zavala sobre os níveis de produtividade. Voltando a esta tabela, podemos constatar que dos produtos que incluem as culturas dos beneficiários do FDD na Localidade de Zandamela, de 2006 a 2010 há uma tendência crescente. A título de exemplo, a mandioca teve um incremento 63% passando 75 841.50 para 205140 as hortícolas com um acréscimo de 43% passando 3454,50 em 2007 para 6090 em 2010, embora os anos 2008-2009 tenha se verificado uma oscilação negativa devido a efeitos da seca.

As outras variáveis colocam os beneficiários na mesma situação de habitação, saúde, educação e acesso a água com uma pequena alteração.

CAPÍTULO VII. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Como resultado deste nosso estudo que obedeceu a uma metodologia científica previamente definida podemos concluir que o Fundo do Desenvolvimento do Distrito continua a representar um potencial factor para impulsionar as transformações sociais e económicas no meio Rural em Moçambique sobretudo, pelo seu foco que resume-se em apoiar iniciativas de indivíduos que do ponto de vista da capacidade de endividamento num sistema normal de financiamento através da banca, estariam excluídos e sem poder libertar o seu potencial no empreendedorismo.

Avaliando pelo comportamento das variáveis definidas para este estudo e a situação dos beneficiários que foram objecto da nossa análise, não se pode assumir única e exclusivamente uma relação directa das transformações sócio-económicas em curso no Distrito de Zavala, com os resultados do FDD mas sim, aliado também a outras estratégias que as famílias adoptam para a sua sobrevivência e também a outras iniciativas no contexto do desenvolvimento rural. Deste modo, confirma-se a teoria da conjugação dos factores exógenos e endógenos como impulsionadores do desenvolvimento rural e neste caso das transformações em curso no Distrito.

Das hipóteses avançadas neste estudo, confirma-se a terceira que reconhece a importância do FDD para a dinâmica nas transformações sócio-económicas em curso no Distrito de Zavala, mas que não atribuiu apenas a este factor mas sim, a outras iniciativas em curso no Distrito. Esta hipótese é sustentada pelo facto de alguns beneficiários terem afirmado recorrer a outras fontes para custear inclusive as despesas inerentes ao reembolso do FDD.

Com este estudo constatamos ainda que:

- A falta da clareza dos objectivos do FDD para com os beneficiários, a insuficiência de fundos para cobrir todas despesas planificadas nos projectos apresentados pelos candidatos e a disponibilização tardia dos fundos tem se mostrado como elementos influenciadores para o insucesso de alguns projectos;

- A falta de um plano com indicadores e metas claras por cada componente do financiamento (combate a fome, geração de empregos e rendimentos), o que dificulta aferir o grau de desempenho quer dos projectos quer das entidades gestoras do FDD. A clareza nos indicadores e metas evitaria apresentação de resultados satisfatórios sem nenhuma base científica previamente definida para a avaliação;
- Os Conselhos Consultivos Locais que tem como uma das suas atribuições garantir a boa implementação dos Projectos financiados pelo FDD, tem mostrado algumas fragilidades no seu funcionamento devido a várias limitações de natureza logística e de capacidade para uma avaliação técnica e viável do projecto, limitando-se apenas em confirmar a idoneidade dos proponentes dos projectos e, aliado a desmotivação da Comissão Técnica de Avaliação dos Projectos, devido a falta de incentivos e meios, tem sido aprovados projectos sem o devido rigor e a priori condenados ao seu fracasso;
- As visitas de monitoria aos projectos pelas equipas técnicas do Distrito, não tem se realizado de forma regular por falta de meios de transporte e recursos financeiros para a aquisição de combustíveis, o que faz com que não se conheça o ponto de situação real de cada projecto financiado pelo FDD, limitando-se apenas a informações fornecidas telefonicamente pelos beneficiários influenciando desta forma a qualidade e a veracidade dos relatórios sobre a implementação do FDD no Distrito.

Como resultado das nossas constatações neste trabalho e assumindo que o FDD pode desempenhar melhor o seu papel de catalisador das transformações sociais e económicas no meio rural propomos as seguintes recomendações:

- A criação das condições materiais e logísticas para o funcionamento pleno dos Conselhos Consultivos Locais e da Comissão Técnica de Avaliação dos Projectos e reforçar a capacidade desta comissão com técnicos de especialidade dos projectos financiados para melhor fazer o aconselhamento aos beneficiários;

- O governo do distrito deve definir prioridades para financiamento pelo FDD tendo em consideração as potencialidades existentes no distrito e garantir que haja complementaridade e que entre os projectos se estabeleçam cadeias de produção. Deve também assumir o desafio de definir as metas e os indicadores de resultados por cada ciclo de financiamento o que poderá ajudar na avaliação do impacto do FDD no Distrito; e
- Necessidade da definição de novos métodos de cobrança dos reembolsos, de modo que o FDD seja realimentado com os fundos já transferidos para o distrito, e garantir-se que seja extensivo para outros beneficiários sem necessitar de transferências anuais do governo central para os governos distritais. Mesmo que o novo modelo seja de cobranças coercivas pois, o actual modelo de apelo a devolução mostrou-se ineficaz e inapropriado.

BIBLIOGRAFIA

1. AIUB, George Wilson (org). Economia para administração “Apostila” , (s.l), 2009.
2. ALMEIDA, Lenildes Ribeiro da Silva: Pierre Bourdieu: A transformação social no contexto de reprodução. 2005.
3. BANCO DE MOÇAMBIQUE. XXXVII Conselho Consultivo do Banco de Moçambique. Desafios da Inclusão Financeira em Moçambique: Uma Abordagem do Lado da Oferta. Pemba: Banco de Moçambique, 2013.
4. BENZANE, Timóteo Mendes. Orçamento de Investimento de Iniciativa Local e Geração de Emprego: o Caso do Distrito da Marracuene (2006-2008), Maputo, UEM, 2009.
5. BRITO, Luís, CASTEL BRANCO, C.N, et all. (Org.). Desafios para Moçambique 2011, Maputo, IESE, 2011.
6. CASTRO, Celso António Pinheiro de. *Sociologia Geral*, São Paulo: Editora Atlas S.A., 2000.
7. CAU, Henrique. *Distrito Pólo de Desenvolvimento: Constatações e Desafios - Uma Leitura baseada nas experiências do Projecto Férias Desenvolvendo o Distrito* in: Comunicações dos Seminários da Presidência da República, Maputo, Gabinete de Estudos da Presidência, 2009.
8. COSTA, António Firmino da. O que é a Sociologia? Difusão Cultural, Lisboa, 1992.
9. CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP). O Distrito como Pólo de Desenvolvimento: Um Olhar da Sociedade Civil- Monitoria.
10. CHAMBE CHALE, M.A.G. Abordagem Teórica em Torno de Pluriatividade: as diversas formas de Manifestação nas Regiões Rurais de Moçambique.
11. CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP). Relatório sobre a monitoria do orçamento e rastreio da despesa pública. Maputo, 2011.
12. CONTERATO, Marcelo António e FILLIPE, Eduardo Ernesto. Teorias de Desenvolvimento. Brasil, UFRGS, 2009.
13. CHIVALE, Elias. O impacto da introdução de técnicas agro-pecuárias para a garantia de segurança alimentar nas comunidades de Moatize de 2007-2009. Maputo, UEM, 2011.

14. SILVA, José Otacilio da. A transformação social na visão da sociologia clássica . (sd)
15. SILVA, Maria Teresa Ramos da & ARNS, Paulo Cesar. Desenvolvimento Comunitário: Projecto BNDES-Desenvolvimento Local, Cooperação Técnica do PNUD, Brasil. (sd).
16. FIALHO, Marco António Verardi & WAQUIL, Paulo Dabdab. Desenvolvimento Rural: Concepções e Referencias para a Proposição de Políticas Públicas de Desenvolvimento nos territórios rurais. In:Revista Extensão Rural, Janeiro- Junho, Brasil. 2008.
17. FORQUIA, Salvador Cadete & ORRE, Aslak. “Transformações sem Mudanças?”: os Conselhos Locais e o Desafio da Institucionalização Democrática em Moçambique *in* Desafios para Moçambique 2011, IESE, Maputo 2011.
18. _____:Uma iniciativa condenada ao sucesso. O Fundo distrital dos 7 milhões e suas consequências para a governação em Moçambique *in* Moçambique: Descentralizar o Centralismo. Economia Política, Recursos e Resultados. IESE, Maputo, 2012.
19. GOVERNO DO DISTRITO DE ZAVALA. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito (2011-2015). Zavala, 2011.
20. HUMBOLDT-UNIVERSITÄT ZU BERLIN. Desenvolvimento Económico Local em Moçambique. Serie de Publicações do SLE. Chimoio/Berlim. 2007.
21. KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. In: Cadernos de Ciências e Tecnologia, Brasília, V.21. nº 3, pp: 379-408, 2004.
22. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (MADER). Abordagens do desenvolvimento rural em Moçambique, Maputo, 2000.
23. MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. Perfil do Distrito de Zavala, Província de Inhambane. Maputo, 2005.
24. MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL /DNPDR. Estratégia de Finanças Rurais em Moçambique, Maputo, DNPDR, 2011.
25. MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. Relatório de Balanço de OIL 2006-2011, Maputo, 2011.
26. MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Relatório Sobre os Objectivos de Desenvolvimento de Milénio (ODM), Maputo.2010

27. MATUSSE, Joana Manuel: Fundo Distrital de Desenvolvimento; funcionamento, entraves e potencialidades. Documento apresentado no Encontro Internacional, participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes, de 23 a 25 de Abril de 2013 em Brasil
28. MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: Conceito de Capital Social e importância da formação das redes entre organismos e instituições locais. In: Economia, v.9, nº 1. Brasília, 2008. Pp:1-21.
29. NEGRÃO, José Guilherme. Como induzir o desenvolvimento em África: Documento de Trabalho nº 61, CEAs, Lisboa. 2001.
30. WEIMER, Bernhard (Org.). Moçambique: Descentralizar o Centralismo, Economia Política, Recursos e Resultados. Maputo, IESE, 2012.
31. OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In: Revista FAE, Curitiba, V5, n 2. pp 37-48, 2002.
32. SAMUELSON, P. NORDHAUS. Economics. McGraw Hill, New York, 17ed, 2001.
33. TOVELA, Rogério. Políticas de Transferência de Renda para a Promoção do Desenvolvimento: Um Estudo sobre o Fundo do Desenvolvimento do Distrito de Lago 2009-2014. Brasil, Blumenau, 2016.
34. VALA, Salim Cipton. A riqueza está no Campo: Economia Rural, Financiamento aos Empreendedores e Fortalecimento Institucional em Moçambique. IESE, 2007.
35. VAZA, Aldina C. F. Rocha da, et al. Dicionário Verbo da Língua Portuguesa. Lisboa, Editora Verbo, 2ª edição, 2008.
36. ZAQUEU, Lúcia Cacilda Maria André. Descentralização no Estado Unitário: Participação do Poder Local e a Formulação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local em Moçambique 1990-2010. Bahia-Brasil, 2014.

Legislação

1. Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE): Lei 8/2003 de 19 de Maio.
2. Conselho de Ministros, 2005. Decreto 11/2005 de 10 de Junho: aprova o Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado. Governo de Moçambique: Maputo.

3. Conselho de Ministros, 2009. Decreto 90/2009 de 15 de Dezembro: cria o Fundo Distrital de Desenvolvimento. Governo de Moçambique: Maputo.
4. Lei 12/2005 de 23 de Dezembro. Boletim da Republica, I Serie, nº 51, 4º Suplemento, que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2006, incluindo o Orçamento de Investimento para as Iniciativas Locais (OIIL).
5. Ministério das Finanças. Circular nº nº37/GM/MF/06 que esclarece a Circular nº 01/GAB-MF/2006, de 14 de Março sobre as despesas a serem cobertas pelo OIIL.

Entrevistas aos Beneficiários do FDD

1. Alberto Malate, Povoado de Zandamela (19.05.2013)
2. Alberto Johane Maunde, 62 anos de idade povoado de Mahamba 2 (19.05.2013)
3. Fanuel Fenias Massango, 65 anos de idade (16.05.2013)
4. Miguel Eusébio Capitine, 61 anos de idade povoado de Mahamba (19.05.2013)
5. Custodio Pitula, 65 anos de idade (16.05.2013)
6. Ezequiel Américo Langa, 49 anos de Idade, membro do Conselho Consultivo do Distrito de Zavala (16.05.2013)
7. Alexandre 57 anos (17.05.13)
8. Leonardo (17.05.13)
9. Arlindo Mingo, Povoado de Chitondo 45 anos de idade (19.05.2013)
10. Francina, Povoado de Zandamela (19.05.2013)
11. Alfredo Massango, 69 anos de idade, Povoado de Chizoho (19.05.2013)

Entrevista aos Gestores e Membros do Conselho Consultivo

1. Arlindo Maluleque - Administrador do Distrito de Zavala (20.05.2013)
2. José Jeremias - Secretário Permanente do Distrito (20.05.2013)
3. Abelina Lichucha – Chefe do Posto Administrativo de Zandamela (19.05.2013)
4. Gestor do FDD (20.05.2013)
5. Amiel Nito - Director das Actividades Economicas do Distrito de Zavala (20.05.2013)

6. Fernando Matangatane – Comunidade de Bape, Membro do Conselho Consultivo(20.05.2013)
7. Isabel Menete – Comunidade de Mahamba, Membro do Conselho Consultivo (18.05.2013)
8. Paulo Chinguazane – Comunidade de Mangachilo, Membro do Conselho Consultivo (19.05.2013)
9. Tomás Pedro Macune – Comunidade de Nhacudima, Membro do Conselho Consultivo (18.05.2013)
10. Venâncio Lourino – Comunidade de Chitondo, Membro do Conselho Consultivo. (19.05.2013)

ANEXOS



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL E GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO

GUIÃO DE ENTREVISTAS

Este guião de entrevistas destina-se aos membros do governo do Distrito de Zavala e Gestores do Fundo do Desenvolvimento do Distrito e enquadra-se no processo da elaboração da dissertação para a obtenção do grau de mestrado em sociologia rural e gestão de desenvolvimento, na faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

1. Dados Pessoais

- 1.1. Nome
- 1.2. Idade
- 1.3. Sexo
- 1.4. Estado civil
- 1.5. Função que desempenha

2. Sobre Financiamento dos Projectos

- 2.1. Desde que o Governo Central decidiu em 2006, atribuir sete milhões aos Distritos, sabe dizer quanto dinheiro o Distrito de Zavala já recebeu?
- 2.2. Como é que esse fundo chega ao Distrito?
- 2.3. Esse fundo é destinado para que tipo de actividades?

- 2.4. Qual é a entidade que faz a gestão desse fundo aqui no Distrito?
- 2.5. Existem critérios para a atribuição desse fundo aos candidatos/beneficiários?
- 2.6. Como é feito o processo de divulgação do FDD nas comunidades?
- 2.7. Quem pode concorrer?
- 2.8. Existe algum tipo de apoio que é dado aos candidatos na fase da preparação dos seus projectos? Se sim qual é?
- 2.9. E depois de financiar dá-se algum apoio técnico aos beneficiários? Se sim qual é a entidade responsável por dar esse tipo de apoio?
- 2.10. Dos projectos financiados existe alguma relação com as potencialidades que o Distrito apresenta ou obedece-se a orientação central para o financiamento dos projectos?
- 2.11. Para além do FDD existem outras entidades que financiam projectos de geração de rendimentos para as comunidades aqui no Distrito? Se sim quais são?
- 2.12. Como tem sido o processo de selecção dos projectos a serem financiados pelo FDD?
- 2.13. Todos os projectos seleccionados têm recebido o financiamento na globalidade ou tem havido redução dos valores propostos pelos beneficiários?
- 2.14. Sabe dizer quantos projectos já foram financiados pelo FDD desde que iniciou até agora? Se sim quantos?
- 2.15. Das várias categorias de projectos qual que tem maior financiamento?

3. Sobre o Impacto dos Projectos

- 3.1. Quais são os benefícios do FDD para o Distrito? Acha que este fundo traz alguma mais-valia para o Distrito?
- 3.2. Como era a situação de habitação, da saúde, educação, acesso a água potável das famílias aqui no Distrito antes da alocação do FDD?
- 3.3. E como é a situação actual?
- 3.4. Acha que o FDD tem tido alguma influência nestes aspectos? Se sim de que forma?
- 3.5. E como era situação da produtividade agrícola e de emprego antes do FDD?
- 3.6. Acha que o FDD tem alguma influência nestes aspectos? Se sim de que forma?
- 3.7. Sabe dizer quantos empregos foram criados no Distrito depois da alocação do FDD? Se sim, acha que esses empregos foram gerados pelo FDD?
- 3.8. Como era a situação das receitas do Distrito antes do FDD? E depois nota-se alguma evolução? Se sim tem alguma relação com o FDD?
- 3.9. Desde que o Distrito começou a financiar os projectos qual é avaliação que faz em relação aos reembolsos por parte dos beneficiários?
- 3.10. Da conversa que tivemos tem mais algo a acrescentar que não chegamos a abordar mas que está relacionado com o FDD? Se sim pode contar.

Fim. Zavala, Maio de 2013



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL E GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO

GUIÃO DE ENTREVISTAS

Este guião de entrevistas destina-se aos beneficiários do Fundo do Desenvolvimento do Distrito e enquadra-se no processo da elaboração da dissertação para a obtenção do grau de mestrado em sociologia rural e gestão de desenvolvimento, na faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

1. Dados Pessoais

- 1.1. Nome
- 1.2. Idade
- 1.3. Sexo
- 1.4. Estado civil
- 1.5. Tem filhos? Se sim quantos?

2. Dados sobre o Projecto

- 2.1. Qual é o nome do Projecto
- 2.2. Quantas pessoas estão envolvidas no projecto?
- 2.3. O projecto é individual ou de uma associação?
- 2.2. Quem deu o financiamento e quando?
- 2.3. Quanto dinheiro foi financiado ao seu/vosso Projecto?
- 2.3. Desde quando implementa este projecto?

- 2.4. Antes de ter o financiamento desenvolvia esta actividade? Se sim desde quando?
- 2.5. Se não desenvolvia esta actividade o que motivou a desenvolver?
- 2.6. Alguém te ajudou a fazer o projecto? Se sim quem?
- 2.7. A ideia que está a implementar é igual a inicial escrita no Projecto? se não porque?

3. Impacto do projecto

- 3.1. Que tipo de casa tinha antes de desenvolver o Projecto? E agora?
- 3.2. Acha que o projecto influenciou na sua habitação? Porque?
- 3.3. Dos seus filhos, quantos é que estudam?
- 3.4. Como consegue pagar as despesas da escola dos seus filhos?
- 3.5. Acha que o Projecto tem ajudado na formação dos seus filhos? Se não Porquê?
- 3.6. Quando um membro da família fica doente o que costuma fazer?
- 3.7. Como é que paga as despesas do tratamento do membro da família?
- 3.8. Acha que o Projecto tem ajudado na saúde da família? Se sim como?
- 3.9. Onde busca água para o consumo aqui em casa?
- 3.10. Sempre teve esta fonte de água? Se não qual era antes e agora?
- 3.11. O projecto terá contribuído para a mudança da fonte de água ou para o melhoramento da anterior?
- 3.12. Quantas refeições a família passa por dia? Sempre foi assim?
- 3.13. Se houve mudança no número das refeições o que terá contribuído para essa mudança?
- 3.14. Acha que o projecto terá tido alguma influência na alimentação dentro da família? Se sim como?

- 3.15. A actividade que desenvolve agora com o seu projecto ja vinha desenvolvendo?
- 3.16. Como eram os resultados antes de ter o financiamento? Se não vinha desenvolvendo conhece pessoas que desenvolviam? Se sim como eram os seus resultados/rendimentos?
- 3.17. Como compara os resultados do seu projecto com os que já obtinha antes do financiamento, nesta actividade que está a desenvolver?
- 3.18. Acha que o seu projecto está a ter os resultados que espera ter? Se não porque?
- 3.19. O que conseguiu fazer como resultado do seu projecto que acha que sem o projecto não teria conseguido fazer?
- 3.20. Sabe que o financiamento foi um empréstimo? Se sim o seu projecto deve devolver até quando?
- 3.21. Já começou a devolver? Se não porque? Se sim quanto já devolveu até agora?
- 3.22. O valor devolvido provêm directamente dos resultados do projecto ou outras fontes?
- 3.23. Acha que vai conseguir devolver o dinheiro dentro do tempo acordado? Porque?
- 3.24. Pensa em pedir mais o financiamento para este projecto ou outros projectos?
- 3.25. Aconselharia alguém a pedir o financiamento do FDD? Porquê?

- 3.26. Nesta actividade que desenvolve com o seu projecto paga algum imposto/taxas ao Governo do Distrito? Se sim como é feito o processo de pagamento?
- 3.27. De uma forma geral como avalia os beneficios do financiamento que teve?

4. Outras fontes de sobrevivência

- 4.1. Para além do projecto que desenvolve, tem outras actividades que realiza que dão algum rendimento a família? Se tiver quais são?
- 4.2. De que forma os rendimentos dessas outras actividades ajudam na família?
- 4.3. Comparando os resultados dessas actividades com os do projecto quais as que rendem mais ou dão mais beneficios a família?
- 4.4. Quantos membros da família estão envolvidos nessas outras actividades?
- 4.5. Tem mais alguma coisa a acrescentar para além do que já falamos e que acha que vale a pena falar? Se sim pode contar.

FIM. Zavala, Maio, 2013.

Anexo 2: Imagens sobre alguns projectos financiados pelo PFDD na Localidade de Zandamela 2006-2011

1. Projecto de suínos



Fig 4: Pocilga e porcos



Fig 5: Uma porca com leitões

As figuras 4 e 5 mostram as imagens tiradas no projecto de suínos. Dos 15 reprodutores que o proponente havia adquirido apenas ficaram dois que têm leitões conforme as imagens ilustram.

2. Projecto de rega



Fig 6: Tubos de Rega



Fig 7: Tanque para rega

As figuras 6 e 7 mostram o equipamento adquirido para montagem do sistema de irrigação de tipo gota-a-gota mas que não chegou a funcionar devido a dificuldades técnicas da equipa responsável

3. Projecto de Produção de Alho



Fig 8: terreno preparado para alho



Fig 9: Terreno para outras hortícolas

As figuras 8 e 9 mostram terrenos preparados para a produção de alho e hortícolas já na fase de transplante.

4. Projecto de Produção de mandioca



Fig 10: machamba de mandioca



Fig 11: machamba de mandioca

As figuras 10 e 11 mostram as machamba de mandioca com o respectivo proponente do projecto.

5. Projecto Criação de frangos



Fig 12: Capoeira



Fig 13: Capoeira

As figuras 12 e 13, mostram uma capoeira construída para a criação de frangos com uma capacidade de 2000 frangos.